

“Incongruência” aumenta suspeitas

Áudio do condomínio

que Carluxo divulgou

foi editado, diz perito



O interesse de Lula é apenas Lula

As manifestações de Lula, agora solto, pelas quais se pode concluir que o país, sobretudo as forças progressistas, têm de girar em torno dele, não são uma surpresa. É verdade que o tempo que ficou servido para alguma reflexão mais profunda. Entretanto, pelas suas declarações agora, esse tempo não lhe serviu para nenhuma autocritica ou pensamento produtivo. Pelo contrário, a prisão parece ter-lhe exacerbado a velha tendência: o que importa a Lula é Lula – e nada mais. O que menos interessa é o país – ou seja, o nosso povo – que tem importância apenas retórica, isto é, como demagogia. Quanto às forças progressistas do país, não faz muito tempo que ele declarou que o PT “é o único partido que existe nesse país. O resto é sigla de interesses eleitorais em momentos certos”. **Pág. 3**

Deputado Orlando Silva é lançado pré-candidato à Prefeitura de SP

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) foi lançado por unanimidade como pré-candidato a prefeito da cidade de São Paulo pela Conferência Municipal do PCdoB da capital, realizada no último sábado (9) na sede do Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo. **Página 4**

México denuncia golpe e convoca reunião da OEA

O ministro de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, condenou o golpe na Bolívia, agravado com o fato de que “Evo Morales, havia apresentado propostas que foram desde uma recontagem auditada de votos até a realização de novas eleições”. Diante da gravidade dos acontecimentos, o governo mexicano exigiu manifestação da OEA e convocou reunião do conselho da entidade. **Página 7**

HORA DO POVO

ANO XXX - Nº 3.733 13 e 14 de Novembro de 2019

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Tempo registrado dos arquivos de gravação difere do áudio exibido

Um dos vídeos que Carlos Bolsonaro divulgou da portaria do condomínio Vivendas da Barra, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde residem Ronnie Lessa, pistoleiro profissional e membro do Escritório do Crime, e Jair Bolsonaro, foi

editado, segundo perito ouvido pela revista Piauí. Em sua opinião, Carlos editou o trecho inicial dos áudios, que não conferem com a duração que consta no nome dos arquivos. O áudio com a chamada tem 11 segundos, quando a planilha informa que demorou 29, mais do que o dobro. **Pág. 3**

Pacote de Guedes e Bolsonaro é a mistura de vigarice com estupidez



Na quarta-feira, aprefeita da cidade de Vinto foi espancada pelos fascistas: cabelo cortado e banho de tinta

“A Bolívia e o mundo repudiam os que passarão à história como racistas e golpistas”, afirma Evo

“Os golpistas que assaltaram minha casa e a de minha irmã, incendiaram domicílios, ameaçaram de morte ministros e seus filhos e violentaram uma prefeita, agora mentem e tratam de culpar-nos pelo caos e a violência que eles

provocaram. A Bolívia e o mundo são testemunhos do golpe”, denunciou o presidente Evo Morales, acrescentando que os “conspiradores Mesa e Camacho, passarão à história como racistas e golpistas”. Inúmeros países já conde-

naram o golpe. O presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, denunciou que “na Bolívia consumou-se um golpe de Estado produto da ação conjunta de civis violentos”. O governo Putin condenou “a onda de violência desatada pela

oposição” que impediu Evo Morales de completar o mandato presidencial. Entoando “Fora Camacho!”, milhares de manifestantes marcharam na tarde de segunda-feira em El Alto, vizinha à capital, La Paz, para repudiar o golpe. **Página 7**

Houve poucas coisas tão repugnantes, nos últimos tempos, quanto a ida de Bolsonaro e Guedes ao Congresso para entregar o projeto (ou os projetos) do “novo” pacote econômico. Esses elementos prometeram mundos e fundos se a reforma da Previdência – o maior ataque aos direitos sociais em 90 anos de História do Brasil – fosse aprovada. Ia ser uma maravilha. Tudo era mentira, claro. Então, qual a solução de Guedes e Bolsonaro para esse fracasso? Ora, outro pacote, cassando mais direitos da população – e até da federação – portanto, afundando mais o país no abismo em que está caindo desde 2015. **Página 2**

Para servidores, o pacote levará ao caos social

Os servidores públicos reagiram ao pacote apresentado pelo governo Bolsonaro que prevê a possibilidade de redução de 25% na jornada e nos salários do funcionalismo público, a suspensão de concursos, além de outras medidas que atingem as carreiras dos dos servidores. Para eles, as medidas anunciadas pelo governo poderão provocar um caos social no país. **Pág. 5**

Governo tacanho joga Secretaria de Cultura dentro do laranjal do Turismo

Bolsonaro prossegue em sua cruzada fanática contra a Cultura. Depois de extinguir o Ministério da área e rebaixá-lo à condição de Secretaria Especial de Cultura, ele decidiu na quinta-feira (07) subordinar o órgão ao Ministério do Turismo, cujo ministro é investigado no escândalo do laranjal do PSL. **Página 3**

Bolsonaro assina projeto para acabar com Eletrobrás

Jair Bolsonaro assinou o projeto de lei que prevê a privatização da Eletrobrás, a maior empresa de geração e transmissão de energia do país, em evento no Palácio do Planalto, na terça-feira (5/11), que comemorou os 300 dias de seu desastroso governo.

No projeto de lei, que ainda tem que passar pela aprovação do Congresso Nacional, Bolsonaro propõe a oferta pública de ações da companhia, com a diluição da participação do governo para menos de 50%, e a revogação do dispositivo que excluiu a estatal do Plano Nacional de Desestatização (PND), para que ela possa ser privatizada.

Hoje, a União possui 40,99% do capital social da Eletrobrás, com 51% das ações ordinárias, com direito a voto. Na proposta, o governo também abre mão das chamadas “golden share” ou “ações de ouro”, com poder de veto.

O professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, alerta que ao abrir mão da “golden share” o governo coloca em risco a segurança do abastecimento de energia no futuro.

“Um problema é a falta de energia elétrica. Nós já tivemos no governo Fernando Henrique um apagão nacional, que deixou o país sem energia durante algum tempo em várias regiões. Energia exige uma geração instantânea e um consumo que sempre pode variar. No momento, por causa da crise, a situação está folgada. Na medida em que houver uma certa prosperidade econômica, nós podemos ter novamente problemas de falta de energia para atender à demanda, dependendo dos investimentos que forem feitos. Em geral, o setor privado não faz os investimentos na proporção necessária porque isso acaba prejudicando o lucro imediato das empresas. Aí há um problema de governo”, afirmou Pinguelli à revista Época.

Para o deputado federal do PSB, Danilo Cabral, a privatização da estatal encontrará forte resistência no Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, há uma frente formada por 230 parlamentares contrários ao desmonte da estatal.

“Não é uma matéria fria para o cidadão comum. Do ponto de vista dos atores econômicos, o setor produtivo demonstra preocupação. E existe resistência em parte expressiva dos Estados”, disse Cabral. “Em algumas áreas estratégicas o Estado não pode prescindir de atuação. Não à toa, 73% da geração de energia elétrica nos Estados Unidos estão sob controle do poder público. O rio São Francisco é o principal ativo para desenvolvimento da região Nordeste. Não se pode entregar as chaves da caixa d’água para uma empresa privada”.

Para o líder da Bancada PDT no Senado, Weverton Rocha, “é um absurdo que o país abra mão da Eletrobrás, empresa estratégica para o desenvolvimento do Brasil”.

Produção industrial paulista desaba 1,4% em setembro

A indústria paulista registrou queda de -1,4% em setembro, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados na sexta-feira (8/11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De janeiro a setembro, a retração foi de 0,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

No acumulado do ano, a redução de -1,4% na produção nacional alcançou oito dos quinze locais pesquisados pelo IBGE: Espírito Santo (-13,0%), Minas Gerais (-4,6%), Região Nordeste (-4,3%), Mato Grosso (-4,2%), Pernambuco (-3,0%), Bahia (-2,9%), Pará (-1,1%) e São Paulo (-0,1).

No conjunto de locais que apresentaram taxas positivas, no acumulado dos nove meses de 2019, estão: Paraná (6,7%), Rio Grande do Sul (4,3%), Santa Catarina (3,4%), Amazonas (2,5%), Goiás (1,7%), Ceará (1,4%) e Rio de Janeiro (0,3%).

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) dos segmentos da indústria de transformação, 56%

ficaram no vermelho no acumulado de 2019, isso significa mais da metade do setor.

“Esta profusão de sinais negativos sugere problemas mais sistêmicos, como o elevado nível de desemprego e do perfil das novas ocupações que têm sido criadas, basicamente informais e de baixo rendimento (...)”, alerta o IEDI.

O IEDI espera que a indústria reaja no último trimestre deste ano, mas frisa que o ambiente de incerteza tem “dificultado uma reação mais consistente do investimento, já muito prejudicado pela elevada ociosidade do parque produtivo e por mudanças nos tradicionais mecanismos de financiamento de longo prazo do país”. Por conta disto, “2019 vai se firmando como um ano negativo para a indústria. As expectativas do mercado para a produção física do setor, segundo o Boletim Focus/BCB, vêm sendo recorrentemente reduzidas e chegaram a -0,73% para jan-dez”, destacou o instituto.

ANTONIO ROSA

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

“Pacote” de Guedes é o mesmo que arrasou a economia chilena



Paulo Guedes, ministro da Economia: “Mais Brasil” para pagar juro a bancos

Fracassa tentativa de Bolsonaro de entregar o pré-sal às multinacionais

O “megaleilão” da área excedente da Cessão Onerosa do Pré-Sal, badalado como “grande acontecimento” pelo ministro Paulo Guedes e por Jair Bolsonaro, fracassou. A expectativa do governo era arrecadar R\$ 106 bilhões com a venda dos quatro campos de petróleo, Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, mas apenas os dois primeiros foram adquiridos.

Búzios foi adquirido pelo consórcio formado pela Petrobrás, com 90% das ações, e duas empresas chinesas, CNOOC e CNODC, cada uma com 5% de participação, e o segundo, pela Petrobrás sozinha. Sépia e Atapu nem receberam ofertas.

Das 14 petroleiras inscritas no “megaleilão”, apenas sete apareceram nesta quarta-feira. Nenhuma apresentou lance. O valor final arrecadado ficou em apenas R\$ 69,96 bilhões. A Petrobrás será responsável por quase todo o valor arrecadado. Os chineses, que têm 10% do consórcio vencedor em Búzios, contribuirão com R\$ 6,8 bilhões.

Localizada na Bacia de Santos, Búzios é considerada a maior descoberta brasileira de petróleo, com reservas que podem chegar a 13 bilhões de barris, praticamente a mesma reserva do Campo de Libra, leilado no governo Dilma, e quase o mesmo volume que o Brasil tem hoje em reservas provadas.

Dos cerca de R\$ 70 bilhões, R\$ 34,2 bilhões serão repassados à Petrobras como ressarcimento por mudanças no preço do petróleo após a assinatura do contrato de cessão onerosa. A União ficará com apenas R\$ 23 bilhões e estados e municípios dividirão outra parte, ficando cada um com R\$ 5,3 bilhões. O Rio receberá somente R\$ 1,1 bilhão.

Já há toda uma discussão sobre as causas do rotundo fracasso. Uns dizem que o Brasil deveria ser mais gentil e baixar ainda mais os preços. Chegam a reclamar que os compradores estrangeiros não apareceram porque teriam que ressarcir a Petrobrás pelos investimentos já feitos pela estatal na área leilada.

Outros observadores mais realistas percebem que ninguém sente firmeza num governo profetista como o de Bolsonaro. Ao contrário do que ele apregoou na solenidade de 300 dias de governo, ocorrida na véspera, o mundo desconfia seriamente da longevidade desse desgoverno de lunáticos, milicianos e terraplanistas.

Os que defendem baixar ainda mais os preços e abrir mão da indenização à Petrobrás não têm a menor cerimônia em prejudicar ainda mais a estatal brasileira. Aliás, esses não queriam nem que ela participasse do leilão. A Petrobrás fez investimentos pesados na região e já produz 600 mil barris diários de óleo equivalente na área.

A Petrobrás tem 40 anos para concluir a produção dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa. Como as petroleiras que entrassem teriam que ressarcir os investimentos feitos pela Petrobrás ou aguardar o fim do prazo dado



à estatal, o governo propôs que elas negociassem diretamente com empresa brasileira o direito de antecipar a produção. Isso teria um custo ainda incerto.

A Petrobras já instalou quatro FPSOs – sigla em inglês que quer dizer “navio-plataforma que pode produzir, armazenar e transferir petróleo e gás”. São eles P-74, P-75, P-76 e P-77. Todos no campo de Búzios. As múltiplas reclamaram, afinal, seu plano era enfiar o canudo e começar imediatamente a levar o petróleo, sem precisar desembolsar muita coisa.

Como disseram Ildo Sauer, professor da USP, e Guilherme Estrella, ambos ex-diretores da Petrobrás, em Nota Técnica do Instituto de Energia e Ambiente da USP, divulgada na semana passada, a venda prevista dos blocos do Pré-Sal pelo sistema de partilha de produção, comparado a uma contratação direta da Petrobrás para explorar o petróleo da região, significaria uma perda de R\$ 1,2 a R\$ 1,6 trilhão por parte dos cofres públicos.

Ou seja, as petroleiras multinacionais ganhariam muito dinheiro no lugar da Petrobrás. Mas, nem esse “negócio da China” superou a desconfiança que toma conta do mundo, e dos investidores, sobre a capacidade política e mental de Bolsonaro seguir por muito tempo à frente do governo brasileiro.

No sistema defendido por Ildo Sauer, e que é permitido por lei, a Petrobrás, empresa líder na tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, seria contratada pela União para a exploração de toda a Cessão Onerosa e não apenas os 5 bilhões de barris inicialmente negociados. A União pagaria os custos de produção e acertaria a obtenção pela estatal de uma taxa de lucro satisfatória.

Com isso, todo o restante seria revertido em lucro para a Nação. Esse excedente poderia abastecer fundos de investimentos em infraestrutura, Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Transição Energética, etc. Com o sistema de partilha de produção e o sistema de concessão, esse valor recebido pela União é muito menor.

ILDO: PETROBRÁS TEM RECURSOS PARA EXPLORAR PRÉ-SAL

O professor Ildo Sauer destaca ainda que o leilão

da Cessão Onerosa desta quarta-feira desmontou um outro velho pretexto dos entreguistas para combater a exploração do Pré-Sal pela Petrobrás. O de que a estatal não teria recursos para os investimentos. Agora ela ganhou praticamente sozinha os campos leiloados. E já está produzindo na região.

Neste caso, do leilão desta quarta-feira, onde e Petrobrás está participando com 100% de um campo e com 90% no outro, fica mais evidente ainda que o contrato direto da estatal é melhor do que o regime de partilha. A partilha acaba sendo feita pelo menor percentual para a União. Como aponta o professor Ildo Sauer, “com a partilha, perdeu a União e vão ganhar mais os acionistas privados da Petrobrás, que detêm 52% das ações da empresa”.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), comemorou o fracasso da venda da Cessão Onerosa e disse que “a Petrobrás salvou o leilão”. “A Petrobrás, tão atacada pelos entreguistas que se disfarçam de verde e amarelo, salvou o ‘megaleilão’ hoje. Deveria servir de reflexão para quem acredita que o setor privado puxará investimentos. Isso nunca aconteceu no mundo. Sem setor público forte não há investimentos”, destacou o chefe do executivo maranhense, em seu twitter, nesta quarta-feira (06).

CIRO: VALEU A LUTA!

Outro que também destacou o fracasso do leilão foi o ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes (PDT) que chamou os entreguistas do governo de “criminosos e vendilhões”. Ciro também comemorou o fiasco do governo Bolsonaro.

“Valeu muito a luta! Fracassou a tentativa vil de entregar totalmente o petróleo que pertence aos jovens e às crianças brasileiras: o consórcio liderado pela Petrobrás arrematou o maior campo. Nacionalizar não será mais tão difícil! Parabéns a quem lutou! Deus é grande!”, disse Ciro, em seu twitter, nesta quarta-feira (06).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também avaliou que o resultado foi “negativo” e que o setor privado “fugiu do leilão”.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/fracassa-tentativa-de-bolsonaro-de-entregar-o-pre-sal-as-multinacionais/>

Medidas restringem as administrações estaduais e municipais, acabam com a obrigatoriedade com Saúde e Educação e criam mecanismos de punição e arrocho salarial de servidores públicos

O ministro Paulo Guedes está fazendo o que sempre fez. Mentir. Principalmente quando aplicava seus golpes nos indefesos possuidores de contas investidas em fundos de pensão. Ele apresentou nesta terça-feira (05) o seu pacote de arrocho contra a população e de entrega do patrimônio público a grupos estrangeiros como sendo um “novíssimo” pacto federativo. Nada mais sem escrúpulos.

Ao contrário do que ele diz, todas as medidas do pacote, que foram espalhadas em três Propostas de Emenda Constitucional (PEC), restringem as administrações estaduais e municipais, acabam com os orçamentos obrigatórios para Saúde e Educação e criam mecanismos de punição e arrocho salarial de professores, enfermeiros, médicos, policiais e demais servidores públicos.

E, como trapaceiro que é, Guedes acena com as migalhas que as petroleiras estrangeiras deixariam no país depois de abocanhar e vender nosso petróleo. Ele promete dividir essas migalhas com prefeitos e governadores, desde que eles concordem em arrochar seus orçamentos. Cinicamente ele chama seu plano de estrangulamento e destruição nacional de “Mais Brasil”.

Tanto Guedes gosta dos municípios que em sua proposta ele extingue 1.257 municípios com menos de 5 mil habitantes.

Antes de esmiuçar as safadezas que Guedes e Bolsonaro pretendem impor ao país com mais esse pacote, é bom lembrar que essas mesmas medidas do ministro da Economia de Bolsonaro, que visam enfraquecer o Estado, vender tudo o que é público, perseguir servidores, aposentados, trabalhadores e empresários produtivos em benefício de banqueiros e especuladores como ele, representam exatamente a mesma política que a patota de Guedes implantou no Chile.

O país vizinho está convulsionado exatamente contra as ideias de jericó dos chicao-boys como Guedes, que destruíram a economia daquele país. Não é à toa que, depois que tudo explodiu por lá, ele não abre mais a boca, como fazia antes, para elogiar o Chile.

DESMONTE

Apontando que sua meta é mesmo o desmonte do país, o pacote do governo extingue o Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal. Ou seja, nada de planejamento econômico e social. Para Guedes, quem deve “planejar” a economia do

país não é o governo, não é o Congresso Nacional, mas sim o mercado financeiro. Afinal, os bancos têm dado mostras de extrema eficiência naquilo que fazem. São experts em ganhar dinheiro extorquindo o país, os trabalhadores, os empresários produtivos e o Tesouro.

Enquanto o país está esagnado desde 2014, com indústrias fechando suas portas, com 12,2 milhões de pessoas sem trabalho, enquanto os hospitais públicos estão abarrotados e as escolas desabando, os bancos nadam em dinheiro e comemoram lucros recordes a cada mês. A mamata dos juros reais mais altos do mundo e a ciranda com títulos faz dos bancos brasileiros os mais rentáveis do planeta.

Guedes não acaba só com o planejamento. Quer acabar com a destinação obrigatória de verbas para áreas sociais. Se a população de um município exigir a construção de uma escola e o prefeito obedecer, ele será punido se o pacote de Guedes for aprovado.

Se o prefeito insistir, não poderá contratar professores, auxiliares e vigias para a nova escola que ele construiu. A prioridade de Guedes é outra. Os impostos, segundo ele, devem ser destinados prioritariamente para o chamado “equilíbrio das contas”, que nada mais é do que reduzir os gastos com a população para que o governo federal possa reduzir também os seus repasses a estados e municípios.

PAGAMENTO DE JUROS

A prioridade de Guedes é destinar os recursos públicos para remunerar a meia dúzia de endinheirados que aplicam em título da dívida pública. E se alguém entrar na Justiça e ganhar uma causa, seja ela qual for, Guedes quer fazer disso letra morta. “Leis e decisões judiciais que criam despesas só terão eficácia quando houver previsão no orçamento”, diz um tópico de suas medidas.

O pacote de Guedes e Bolsonaro visa o arrocho e nada mais. E o que se depreende deste item: a União fica proibida de socorrer com crédito entes com dificuldades fiscais financeiras a partir de 2026. A partir deste mesmo ano a União só será fiadora (concederá garantias) a empréstimos de estados e municípios com organismos internacionais, e não mais com bancos. Em suma, que se danem estados e municípios.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/pacote-de-arrocho-que-guedes-quer-impor-ao-pais-e-o-mesmo-que-arrasou-o-chile/>

CNM: prefeitos rechaçam extinção dos municípios

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirmou na terça-feira (6/11) que atuará no Congresso Nacional pela derrubada da proposta do governo Bolsonaro de extinguir municípios com menos de 5.000 habitantes e de arrecadação própria inferior a 10% do total de receitas.

“CNM e todo o movimento municipalista atuarão fortemente para que, durante o processo legislativo, essa redação seja completamente suprimida”, diz a nota assinada pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Para Aroldi “há grande equívoco e falta de conhecimento acerca da realidade brasileira”.

“Pela regra proposta, dos 1.252 municípios, 1.220 (97%) não atingiriam o limite de 10% dos impostos sobre suas receitas totais. Ao aplicar esse conceito sobre a receita corrente dos 5.568 municípios brasileiros em 2018, 4.585 (82%) ficaram abaixo deste limite, sendo um deles a capital Boa Vista/RR, que possui quase 400 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados reforçam que não se pode mensurar a eficiência de um município por um indicador como o apresentado na PEC,

se é que se pode chamar de indicador”, criticou Aroldi.

A entidade aponta que o governo está equivocado em relação à definição de arrecadação própria, reduzindo-a aos tributos arrecadados diretamente pelos Municípios.

Segundo a CNM, o ministro da Economia, Paulo Guedes, simplesmente desconsiderou “as transferências constitucionais previstas pela Constituição Federal que são arrecadadas pela União e pelos Estados, mas se inserem no conceito de pacto federativo e pertencem aos municípios e à população local, sendo essencial o papel do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como elemento de redistribuição de recursos e redução das desigualdades”.

A entidade destacou ainda, que “suprimir a existência desses entes federativos afastaria os cidadãos ainda mais da participação da vida política local, ferindo o princípio da democracia. Além disso, a emancipação e a fusão de Municípios são mandamentos do constituinte originário, e só podem ser realizadas mediante plebiscito, ouvindo as comunidades envolvidas. Dessa forma, proposta em contrário fere o princípio federativo, que é cláusula pétrea no ordenamento constitucional”.



Lula em São Bernardo após sair da prisão

Interesse de Lula é somente Lula

As manifestações de Lula, agora solto, pelas quais se pode concluir que o país, sobretudo as forças progressistas, têm de girar em torno dele, não são uma surpresa.

É verdade que o tempo que ficou preso poderia ter-lhe servido para alguma reflexão mais profunda. Entretanto, pelas suas declarações agora, esse tempo não lhe serviu para nenhuma autocritica ou pensamento produtivo. Pelo contrário, a prisão parece ter-lhe exacerbado a velha tendência: o que importa a Lula é Lula – e nada mais. O que menos interessa é o país – ou seja, o nosso povo – que tem importância apenas retórica, isto é, como demagogia.

Quanto às forças progressistas do país, não faz muito tempo que ele declarou que o PT “é o único partido que existe nesse país. O resto é sigla de interesses eleitorais”, diz Lula).

Em suma, os outros partidos existem para serem comprados pelo PT – e não resta dúvida de que o PT, para Lula, é apenas Lula. Os outros são algumas extensões de si próprio. Assim, Bolsonaro, o maior inimigo e o maior problema do país, ao mesmo tempo, foi eleito devido “a uma campanha de fake news promovida contra o candidato do PT” e “o cara foi eleito democraticamente e nós aceitamos isso”.

Bolsonaro foi “eleito democraticamente” ou “devido a uma campanha de fake news”? Ou, formulado de outra maneira: Bolsonaro coloca a democracia em risco ou é um fruto da democracia (e não da sua falsificação)?

Lula não acha que existe risco para a democracia. Sua preocupação, pelo contrário, é esperar pelas eleições presidenciais de 2022, fazendo campanha desde já.

O que a contradição acima revela – além do fato de que nenhuma demagogia consegue respeitar a coerência – é, precisamente, que a política de Lula é aliviar Bolsonaro, para concorrer com ele em 2022. E quanto mais desastroso seja o governo Bolsonaro, mais Lula acha que suas chances aumentam em 2022.

Trata-se de algo que merece maior atenção.

Sob a chefia de Lula, o PT entrou com pedidos de impeachment de **todos** os presidentes após o fim do governo Sarney – inclusive Itamar Franco.

Certamente, era uma palhaçada. Tanto assim que no caso de Collor o pedido de impeachment do PT foi isolado – não foi aquele que levou à remoção de Collor, assinado por Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenère, amplamente apoiado pela sociedade.

Depois de pedir o impeachment de **todos** os presidentes que não eram do PT, agora, que há um fascista na Presidência, Lula renunciou até a essa palhaçada, para sustentar Bolsonaro – e até cobrar que ele “foi eleito para governar para o povo brasileiro, e não para os milicianos do Rio de Janeiro”.

O próprio Lula esclareceu: “Se nós trabalharmos direitinho, em 2022 a chamada esquerda que o Bolsonaro tanto tem medo vai derrotar a extrema direita que nós tanto queremos derrotar.”

A “chamada esquerda” assim só é chamada para enganar os trouxas. Mas essa esquerda para enganar os trouxas tem, realmente, um nome: o dele.

Logo, que se danem os esforços para barrar o fascismo bolsonarista. O que importa é a candidatura de Lula em 2022 – por isso, Bolsonaro deve ser deixado com espaço para continuar arrasando o país, pois Lula acha que essa é a melhor forma de voltar à Presidência, daqui a três anos.

O problema é que, se Bolsonaro for deixado solto (“nós aceitamos isso”, disse Lula), quem garante que as eleições de 2022 acontecerão?

Portanto, o que Lula está propondo, com seu egocentrismo, é de uma irresponsabilidade criminosa.

Porém, nada de novo. Seu projeto para o país, desde a época da ditadura, sempre foi o de fazer com que todos sejam seus coadjuvantes – ou coisa pior do que coadjuvantes. O fato de não conseguir, ou de que isso seja impossível, nem por isso faz com que esse “projeto” seja diferente.

Ou seja menos repugnante, pois, para isso, vale tudo. Desde traír seu programa de campanha no dia seguinte à eleição até entregar o Banco Central a um ex-presidente mundial do BankBoston.

Ou, e com destaque, montar um esquema de propinas contra a Petrobrás e contra os fundos de pensão das estatais para, supostamente, eternizar-se no poder e locupletar alguns – inclusive ele próprio (para uma abordagem de um aspecto dessa última questão, v. HP 20/08/2018, **PT diz que Lula enriqueceu com palestras**).

Pois esse esquema não era apenas para beneficiar Lula ou as extensões de Lula. Era, também, para submeter, através do suborno, Temer, Cunha e outros zelosos vigilantes da propriedade pública.

As vezes, com Bolsonaro na Presidência, é até difícil enxergar: qual o limite de Lula nesse seu “projeto”?

Ou, talvez, seja até mais fácil: até agora ele não respeitou nem o limite de facilitar o caminho de Bolsonaro para o poder. Não foi outra a sua “tática” eleitoral na campanha de 2018.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

CARLOS LOPES

Perito diz que áudio da portaria divulgado por Carluxo foi editado



O filho de Bolsonaro que divulgou vídeos da portaria do condomínio

Com atraso, polícia analisará interfone do condomínio de Ronnie Lessa e Bolsonaro

Com um atraso inexistente de vários meses, a polícia do Rio apreendeu na manhã de quinta-feira (07) o sistema de mídia da portaria do condomínio Vivendas da Barra, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, onde morava o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa, autor dos disparos que tiraram a vida da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista.

No mesmo condomínio também mora o presidente Jair Bolsonaro, citado pelo porteiro como tendo

autorizado a entrada de um comitiva de Lessa.

O próprio Jair Bolsonaro informou na semana passada que tinha retirado o sistema de controle de entradas do condomínio para, segundo ele, “evitar que fosse fraudado”.

Essa atitude do chefe do executivo do país levou parlamentares da oposição, entre eles o senador Randolfe Rodrigues (Rede) e Alessandro Molon (PSB), a questionarem a medida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria Geral da

República (PGR) sob a causação de representar obstrução à Justiça.

Um dos porteiros do condomínio, Alberto Jorge Ferreira Mateu, que estava trabalhando no dia 14 de março de 2018, dia assassinato da vereadora, disse à Polícia Civil que liberou a entrada do ex-policial militar Elcio de Queiroz, atualmente preso, no Vivendas após ter ligado para a casa 58, que pertence a Jair Bolsonaro, e ter sido autorizado a liberar o visitante.

Íntegra em www.horadopovo.com.br

Senadora condena privatização da Eletrobrás

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) ocupou a tribuna, na quinta-feira (7), para criticar o projeto da dupla Bolsonaro/Guedes de privatização da Eletrobrás – estatal que, junto com suas subsidiárias, é responsável pela maior parte da geração e transmissão de energia elétrica no Brasil.

Segundo a senadora, muito além de vender a infraestrutura, o governo estará vendendo os cursos de água dos rios, que devem ser de propriedade do Estado. “A coisa mais importante de uma hidrelétrica não é a produção de energia limpa. E a água, é o domínio sobre o curso dos nossos rios. É isso que o governo está colocando a leilão”, afirmou.

Zenaide Maia questionou ainda o valor da transação, que para ela é considerado “preço de banana em final de feira”. Ela observou que as expectativas são de que a privatização

da estatal arrecadará R\$ 16,2 bilhões, valor muito aquém do que a empresa valeria, uma vez que no último trimestre deste ano, o lucro da estatal foi de R\$ 5,5 bilhões.

“Aí eu pergunto, por que o governo resolve dar o direito a outro país de acender e apagar a luz do seu povo? Como se explica isso? [...] A Eletrobrás representa soberania e autonomia sobre nossa energia e sobre o domínio do curso das águas, que segundo a Constituição devem ser do poder público, variando entre a União e os estados”, disse.

A parlamentar alertou que a privatização da empresa é uma ameaça à soberania nacional. “O poder energético de um país é o que determina onde ele está. Ele pode ser signatário de vários acordos, negociar com outros países, mas ele tem que ter poder”, frisou Zenaide.

Ela cobrou do go-

verno um plano efetivo para alavancar a economia, capaz de atrair investimentos que impulsionem a capacidade produtiva do país. “Ninguém saiu de uma crise econômica sem que o maior investidor que se chama Estado investisse”, observou. “Ninguém alavanca a economia vendendo patrimônio do povo, vendendo estatais criadas em 1940 com o intuito de aumentar nossa soberania, para poder olhar de frente, cara a cara, outros países”.

“Estou chamando a atenção do povo brasileiro: nós criamos essa energia limpa, e hoje eles querem vender o curso dos nossos rios, das nossas águas e ainda dando o direito de outro país acender e apagar a luz do povo brasileiro na hora que quiser”, advertiu a senadora.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

WALTER FÉLIX

“Legislativo é legítimo para mudar visão do STF”, diz Alex Manente, sobre segunda instância

Parlamentar é autor da PEC que restabelece a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJ) analisa a possibilidade de concluir nas próximas semanas a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 410/18 que restabelece a prisão após condenação em segunda instância. A PEC é de autoria do deputado Alex Manente (Cidadania-SP).

A proposta já recebeu parecer favorável da relatoria da comissão.

Depois que o ministro Dias Toffoli sinalizou que o parlamento poderia alterar a legislação, o presidente da Casa, Rodrigo Maia informou que vai garantir a tramitação da proposta.

Para o autor da PEC, “o entendimento de Toffoli de que o Congresso tem autonomia para alterar o marco para o início da execução da pena encerra quaisquer dúvidas sobre o assunto”.

“Com o entendimento do presidente da Suprema Corte de que os parlamentares podem alterar o marco para o início da execução da pena encerraram-se quaisquer dúvidas sobre a legitimidade do Legislativo Federal para mudar a decisão do STF e, o que é mais importante: não vamos ferir direitos e garantias individuais”, explicou Alex Manente.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Orlando é lançado pré-candidato a prefeito de SP

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) foi lançado por unanimidade como pré-candidato a prefeito da cidade de São Paulo pela Conferência Municipal do PCdoB da capital, realizada no último sábado (9) na sede do Sindicato dos Eletricistas do Estado de São Paulo.

Centenas de lideranças dos diversos segmentos da sociedade discutiram os problemas do Brasil e da cidade de São Paulo e comemoraram com entusiasmo a decisão de lançar Orlando Silva para a prefeitura da capital.

O evento, que lotou o auditório da entidade, foi

prestigiado por vários integrantes da direção nacional do partido, como o ex-presidente da legenda, Renato Rabello, por parlamentares, entre eles a deputada estadual Leicy Brandão, a deputada federal Jandira Feghali (RJ), líder da Minoria na Câmara, a ex-senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, vice-governadora de Pernambuco.

A conferência foi aberta com o informe político do ex-deputado Nivaldo Santana que destacou a importância da candidatura de Orlando Silva, o

primeiro candidato próprio que o PCdoB lança à prefeitura da maior cidade da América Latina. Ele disse que “o deputado Orlando Silva tem plenas condições de dirigir com sucesso a cidade de São Paulo”.

Em seu discurso, Orlando Silva afirmou que está pronto para cumprir a missão de disputar a prefeitura de São Paulo. “Tenho o compromisso de honrar a melhor tradição do partido e da luta do povo brasileiro, que vive as dificuldades deste grave momento por que passa o país”, disse Orlando.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Há “incongruência”, disse o especialista sobre áudio de um dos vídeos divulgados para livrar a barra dos Bolsonaros

Um dos vídeos que Carlos Bolsonaro divulgou da portaria do condomínio Vivendas da Barra, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde residem Ronnie Lessa, pistoleiro profissional e membro do Escritório do Crime, e Jair Bolsonaro, foi editado, segundo perito ouvido pela revista Piauí.

Os vídeos foram feitos para livrar a barra dos bolsonaros, já que eles foram citados por um porteiro como tendo autorizado a entrada de um criminoso no local. O porteiro declarou, em dois depoimentos à Polícia Civil do Rio, que Elcio Queiroz, comparsa de Lessa, esteve no condomínio no dia do assassinato da vereadora Marielle Franco e pediu para ir até a casa 58, que pertence a Jair Bolsonaro. Uma planilha de registro manual das visitas, que está em posse da polícia mostra a anotação, feita por ele, da visita de Elcio pedindo para ir à casa 58.

Reportagem da TV Globo de 29 de outubro revela que o porteiro informou à polícia que recebeu o aval para a entrada de Elcio de alguém que ele identificou como sendo o “seu Jair”. A própria reportagem, no entanto, informou que neste dia, Bolsonaro estava em Brasília.

Ainda em seu relato, o funcionário diz que, como o carro de Elcio Queiroz dirigiu-se à casa de número 65, que pertence à Ronnie Lessa, ligou novamente para a residência 58 e obteve a informação, da mesma pessoa que o atendera antes, dizendo que sabia para onde Queiroz estava indo.

No dia seguinte à reportagem, Carlos Bolsonaro, o “carlucho”, divulgou dois vídeos feitos por ele da portaria do condomínio. No primeiro vídeo, ele mostra uma tela de computador do sistema de controle de entrada do conjunto residencial com a data de 14 de março. Ali aparece o registro da chegada de Elcio Queiroz e a autorização de Ronnie Lessa para a sua entrada.

Este primeiro vídeo foi divulgado às 6h42 e o segundo às 9h26, ambos exibindo a tela do computador da administração do condomínio, com a relação de ligações telefônicas feitas da portaria do Vivendas da Barra.

Perito ouvido pela reportagem da revista Piauí viu indícios de que o filho de Bolsonaro pode ter editado os áudios do segundo vídeo mostrado por ele. Em sua opinião, Carlos editou o trecho inicial dos áudios, que não conferem com a duração que consta no nome dos arquivos.

Nele, o áudio com a chamada para a casa 58 tem 11 segundos, quando a planilha informa que demorou 29; e o áudio da ligação para a casa 36 tem 12 segundos, quando, segundo a planilha, deveria ter 27. Para o perito aposentado, há “incongruência” no vídeo.

Este mesmo perito afirmou que só uma perícia no equipamento do residencial pode esclarecer esses fatos, aparentemente contraditórios.

Somente agora a polícia apreendeu os computadores onde estão registradas todas as cha-

madadas da portaria do condomínio, de onde Carlos retirou as imagens para o primeiro e o segundo vídeo divulgados por ele.

Bolsonaro também informou que retirou os registros da portaria, segundo ele, para “evitar fraudes”. A medida foi vista por parlamentares como tentativa de obstrução de Justiça.

No primeiro vídeo de Carlos, o áudio exibido confere com a duração em segundos que consta no nome do arquivo, conforme conclui perito aposentado da Polícia Civil do Distrito Federal ouvido pela Piauí.

O Ministério Público do Rio havia afirmado, em entrevista coletiva, um dia após a reportagem da TV Globo sobre os depoimentos do porteiro à polícia, que foi feita uma perícia no sistema de comunicação do condomínio comprovando que a comunicação do porteiro tinha sido feita com a casa 65, de Ronnie Lessa, e não com a casa 58 de Bolsonaro.

Depois soube-se que a perícia havia sido feita em pouco mais de 2 horas, e, pasmem, no mesmo dia da entrevista. Peritos da Secretaria de Segurança Pública do Rio afirmaram que não foram chamados para fazer o procedimento e que o áudio analisado tinha sido apenas o da casa de Lessa.

Destacaram que, para ser conclusiva, a perícia devia ser feita no equipamento de registro do condomínio.

Hoje se sabe também que a voz analisada pelo Ministério Público não é a mesma de Alberto Jorge Ferreira Mateu, que deu os depoimentos e que estava trabalhando na portaria do condomínio no dia do assassinato. Havia outro porteiro no local.

A afirmação da promotora Simone Sibílio, de que o porteiro havia “mentido à polícia” em seu depoimento, passou a ser questionada, após o surgimento de todas essas informações.

O porteiro, que recentemente foi localizado pela revista Veja, reside numa região dominada por milícias. Por coincidência uma região controlada exatamente pelo bando chefiado por Ronnie Lessa. Na tentativa de entrevista, o porteiro mostrou-se bastante apreensivo e não quis dizer nada.

Lessa é considerado um assassino frio e calculista e chegou a treinar tiros sentado por ter perdido uma perna. Além de Lessa, outras ameaças pairam sobre o porteiro. A Polícia Federal foi acionada pela Procuradoria Geral da República, a pedido do ministro da Justiça Sérgio Moro, para investigar se ele teria cometido crime de falso testemunho contra o presidente.

Além de miliciano, Ronnie Lessa, que matou Marielle, integra o Escritório do Crime, espécie de central de assassinatos das milícias, chefiado pelo também ex-policial e miliciano, Adriano Nóbrega, que está foragido e, coincidentemente ou não, tinha sua mãe e sua mulher empregadas no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

SÉRGIO CRUZ

Governo tosco joga a pasta de Cultura no laranjal do Turismo

Jair Bolsonaro prossegue em sua cruzada fanática contra a Cultura brasileira. Depois de extinguir o Ministério da área e rebaixá-lo à condição de Secretaria Especial de Cultura, ele decidiu nesta quinta-feira (07) transferir o órgão do Ministério da Cidadania, onde havia sido alocado, para o Ministério do Turismo.

Todas essas medidas vieram acompanhadas de manifestações de autoritarismo e de intolerância, de um obscurantismo carregado de preconceitos e de tentativas absurdas de desenterrar a censura.

O decreto que promove a mudança foi publicado no Diário Oficial da União e é assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele teria considerado fazer a mudança da Cultura para Ministério da Educação (MEC) e também para a Casa Civil.

Mas, como estes dois órgãos são também dirigidos por nulidades de baixíssima capacidade de pensar, seus titulares se recusaram a tratar o tema da cultura. Preferiram seguir debatendo se a terra é plana ou se os

astros giram em torno dela ou do sol.

Sobrou então, “despejar” o órgão que causa tanta ojeriza ao fascismo, no Ministério do Turismo, cujo ministro, além de ser partidário do fanatismo bolsonarista, é investigado no escândalo do laranjal do PSL, partido do presidente.

Marcelo Alvaro Antônio é acusado de desviar recursos públicos através de uso de candidaturas fantasmas de mulheres em seu estado, Minas Gerais. O ministro já foi, inclusive, denunciado pelo Ministério Público de Minas por falsidade ideológica eleitoral, apropriação indébita de recurso eleitoral e assasinação criminosa.

O decreto também anunciou a transferência de atribuições como a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, e regulação dos direitos autorais, também da pasta da Cidadania para a de Turismo. Apesar da mudança publicada no Diário Oficial da União, ainda é aguardado o nome do novo secretário especial de Cultura.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Governo erra ao ameaçar pesquisas e Educação, dizem líderes da Câmara

No artigo “A base do progresso”, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e diversos líderes de blocos parlamentares denunciam o descaso do governo Bolsonaro com o desenvolvimento da ciência e tecnologia no nosso país

Quem olha para a discrepante situação econômica de Brasil e China — o primeiro encontra dificuldades para crescer e tem uma economia calcada em commodities, enquanto o segundo apresenta uma pujança que ameaça os Estados Unidos — talvez não imagine que, até 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro era superior ao chinês.

O que aconteceu nestes quase 30 anos? Com olhar estratégico, a China investiu pesadamente em pesquisa e desenvolvimento. Hoje, é o segundo país no mundo que mais reserva dinheiro à área, dedicando dez vezes mais recursos que o Brasil por ano. A capacidade de transformação propiciada pela educação e pela ciência e tecnologia é admirável. E os números não deixam espaço para dúvidas: é altíssima a correlação entre o desenvolvimento econômico dos países e seu investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A direção é clara. O governo brasileiro, no entanto, tem dado sinais em sentido contrário. Diante da crise econômica, em vez de ao menos manter os recursos voltados à área, o governo realizou um forte contingenciamento e tentou mudanças que poderiam ter desestruturado o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação, que, ao longo dos anos, se consolidou como um projeto de Estado, perpassando variados governos e até mudanças de regime

A direção é clara. O governo brasileiro, no entanto, tem dado sinais em sentido contrário. Diante da crise econômica, em vez de ao menos manter os recursos voltados à área, o governo realizou um forte contingenciamento e tentou mudanças que poderiam ter desestruturado o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação, que, ao longo dos anos, se consolidou como um projeto de Estado, perpassando variados governos e até mudanças de regime.

E falsa a ideia de que a fusão da Capes e do CNPq otimizaria a gestão do fomento científico ou geraria ganhos operacionais. Capes e CNPq são instituições com missões diferentes e complementares. A Capes, na estrutura do Ministério da Educação, avalia e dá suporte aos cursos de pós-graduação, onde são feitos 95% da pesquisa brasileira, dedicando-se ao aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior. Já o CNPq, dentro do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, fomenta projetos de pesquisa e incentiva jovens promissores, sendo responsável por um terço da pesquisa em ciência no país. Ambos tinham sofrido cortes severos, com potencial de afetar gravemente a produção de conhecimento no Brasil. Mas, após negociação da Câmara dos Deputados com o governo federal, conseguimos garantir o descontingenciamento desses recursos.

Cerca de 8 mil bolsas da Capes foram cortadas neste ano, e o orçamento para 2020 foi reduzido praticamente pela metade. No CNPq, os cortes para o orçamento do ano que vem chegam a

88% na seção de fomento a projetos e redes de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a Finep, agência de inovação brasileira, sofre com a ameaça de transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a anexação dela mesma ao BNDES. Acontece que o próprio BNDES, onde o Fundo foi criado em 1969, entendeu por bem repassá-lo ao Ministério de Ciência e Tecnologia por concluir que não se deve misturar o financiamento de grandes empreendimentos empresariais e de infraestrutura com o financiamento de ciência e tecnologia.

O Fórum Econômico Mundial, em seu relatório global de competitividade, divulgado em outubro, destaca a importância de governos investirem em recursos públicos para impulsionar pesquisas, melhorar a qualificação dos trabalhadores e avançar na questão tecnológica. A insistência na desestruturação

que assistimos hoje ignora os caminhos apontados pela economia global, em que a ciência e suas aplicações assumem papel cada vez mais central nos processos de agregação de valor e na definição de reputações dos países.

Se, com o baixo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento, a ciência brasileira foi capaz de descobrir a ligação entre o vírus da Zika e a microcefalia, desenvolver plástico 100% biodegradável a partir de resíduos da agroindústria e tornar o Brasil uma referência na prospecção de petróleo em águas profundas, imaginemos onde poderíamos chegar com um investimento condizente com os desafios contemporâneos?

A Ciência e a Tecnologia não são a causa da crise que enfrentamos, mas podem ser a solução para esta e para outras. É assim que elas devem ser encaradas pelo governo, por qualquer governo, sob o risco de perdermos gerações de cientistas e investimentos realizados até agora. Aliadas à Educação, permitirão ao Brasil desenvolver produtos de alto valor agregado, trazendo mais riqueza e bem-estar para o nosso país e deixando para trás a mentalidade extrativista. É o que o Brasil do futuro cobra de nós no presente.

* **Rodrigo Maia** (presidente da Câmara dos Deputados); e as lideranças **Alessandro Molon** (líder da oposição); **Aguinaldo Ribeiro** (da maioria); **Jandira Feghali** (da minoria); **Paulo Pimenta** (PT); **Wellington Roberto** (PL); **Arthur Lira** (PP); **André de Paula** (PSD); **Baleia Rossi** (MDB); **Tadeu Alencar** (PSB); **Carlos Sampaio** (PSDB); **Jhonatan de Jesus** (Republicanos); **André Figueiredo** (PDT); **Elmar Nascimento** (DEM); **Augusto Coutinho** (Solidariedade); **Pedro Lucas Fernandes** (PTB); **José Nelto** (Podemos); **Ivan Valente** (PSOL); **André Ferreira** (PSC); **Daniel Almeida** (PCdoB); **Leandro** (PV); **Joenia Wapichana** (Rede).

*Artigo publicado no jornal “O Globo”



“É falsa a ideia de que a fusão da Capes e CNPq otimizaria a gestão do fomento científico ou geraria ganhos operacionais”, alertam os deputados



Brizola Neto (PCdoB) junto com Alessandro Molon (PSB) e Marta Rocha (PDT)

Forças progressistas do Rio se unem para enfrentar o retrocesso bolsonarista

O Sindipetro do Rio de Janeiro foi palco nesta sexta-feira (08) do encontro das forças políticas progressistas do estado para debater a construção de uma alternativa política ao caos que se instalou na cidade, no estado e no Brasil desde que forças retrógradas e anti-povo ascenderam ao poder.

As Fundações dos partidos, PSB, PCdoB, PDT e PCB, se uniram para organizar o seminário “Um Programa para o Rio”.

O ato foi aberto com a saudação dos representantes das quatro fundações partidárias (Fundação Alberto Pasqualini – PDT, Fundação Maurício Grabois – PCdoB, Fundação João Mangabeira – PSB e Fundação Dinarco Reis – PCB).

O encontro foi mediado pelos representantes das fundações. Usaram a palavra três pré-candidatos à Prefeitura do Rio.

A primeira a fazer uso da palavra foi a deputada estadual Marta Rocha (PDT). Ela, que é da área da Segurança Pública, fez

um histórico do papel dos comunistas, dos socialistas e dos trabalhistas na defesa dos direitos da população e apresentou propostas para a superação da crise que se abateu na cidade.

O deputado Alessandro Molon (PSB), líder da oposição da Câmara Federal, ressaltou, em seu discurso, a importância do encontro na construção da unidade para derrotar Bolsonaro e Crivella.

Ele vem se destacando no Congresso, junto com a líder da Minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), na luta contra os desmandos do governo Bolsonaro.

O parlamentar afirmou “que, sem autocrítica do que ocorreu na última eleição, nós não vamos vencer a batalha”.

Na opinião do deputado, “o que está aí, o governo obscurantista, poderia ter sido evitado se juntos tivéssemos escolhido outro caminho”. Ele terminou sua fala dizendo que “hoje somos três mas que até o início da campanha eleitoral podemos chegar a um nome”.

Por fim fez uso da pa-

lavra o ex-deputado e ex-ministro do Trabalho, Brizola Neto (PCdoB) que ressaltou que o seminário “é o primeiro passo na construção da frente ampla no Rio”. Brizola afirmou que “a frente deve se constituir em dois pilares principais: defesa das liberdades democráticas e um programa mínimo para o desenvolvimento”.

“O nosso encontro não ocorre em torno de um nome, mas sim em torno de um programa comum que una todas as forças progressistas”, disse ele, lembrando seu avô. Leonel Brizola e ressaltou a importância de projetos como a construção da escola de tempo integral.

O seminário teve continuidade durante toda a tarde com o auditório do Sindipetro lotado e a discussão se concentrou nos problemas específicos sobre Educação. Esta parte dos debates contou com a participação de representantes das quatro Fundações PCB, PCdoB, PSB e PDT.

CPI aprova indiciamento da Vale e de 22 assassinos por crimes de Brumadinho

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho na Câmara aprovou o relatório final elaborado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) por unanimidade, no final da tarde desta terça-feira (05). O parecer recomenda o indiciamento da mineradora Vale e da TUV SUD, além de 22 diretores e engenheiros das empresas por homicídio doloso.

Entre os acusados está o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman e os engenheiros da TUV SUD Makoto Namba e André Yassuda, que assinaram o laudo de estabilidade da barragem do Córrego do Feijão.

O relatório tem mais 600 páginas e foi entregue à CPI no último dia 25 de outubro, dia em que a tragédia completou nove meses. O documento será encaminhado a autoridades como Polícia Federal e Ministério Público.

A reunião do colegiado foi acompanhada por parentes de vítimas da tragédia que aconteceu no dia 25 de janeiro de 2019 e que deixou até o momento mais de 250 mortos e dezenas desapareci-



Rompimento da barragem da Vale causou 252 mortes e deixou 18 desaparecidos em Brumadinho

das. Os familiares trouxeram cartazes e colocaram fotos das vítimas do rompimento da barragem nas mesas dos parlamentares.

“O que a gente espera é que, daqui pra frente, a Justiça faça a parte dela, porque no caso de Mariana até hoje ninguém foi punido. E nós esperamos que em Brumadinho não se repita isso. Nós colocamos provas concretas, que demonstram cabalmente que pessoas, além das em presas, sabiam que isto iria

acontecer”, declarou o relator após a provação do parecer.

O presidente da comissão, Julio Delgado (PSB-MG), disse que a CPI reuniu provas concretas de que as empresas assumiram o risco de a barragem se romper a qualquer momento.

“Dessa vez o Ministério Público, a polícia têm em suas mãos um documento muito robusto, para que essas pessoas possam pagar criminalmente pelo que fizeram”, completou Delgado.



Mineradora despejou 40 milhões de m³ de rejeitos no Vale do Rio Doce e crime segue impune até hoje

Quatro anos do crime da Samarco em Minas

Em 5 de novembro de 2015, a Barragem de Fundão da mineradora Samarco se rompeu na cidade de Mariana, na região central de Minas Gerais, matando 19 pessoas e despejando 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro numa extensão de aproximadamente 700 km, da cidade mineira até o oceano Atlântico, criando um rastro de destruição por onde a lama passou.

Quatro anos depois, o rio está morto, atingidos estão sem casa e famílias choram a morte de 19 pessoas. A mineradora Vale, que detém 50% das ações da Samarco, por outro lado, fechou o terceiro trimestre de 2019, com um lucro de US\$ 1,6 bilhões (R\$ 6,5 bilhões) e aumentou em 20,2% a extração de minério de ferro na comparação com o trimestre anterior.

A Samarco Mineração é controlada pelas mineradoras BHP Billiton e a Vale, responsável pela barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que se rompeu no dia 25 de janeiro, causando 270 mortes.

Outra revolta é que passados quatro anos, o rejeito de minério ainda não foi totalmente retirado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana mais destruído pelo rompimento e de Paracatu de Baixo. De acordo com a Fundação Renova, será impossível remover toda a lama.

A Fundação Renova foi criada em 2016 para reparar os danos ambientais e sociais provocados pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale e BHP Billiton). A entidade é controlada justamente pelas empresas responsáveis pelo rompimento da barragem.

Para o promotor Guilherme Meneghin, a criação da Fundação Renova, foi “um erro terrível”. “Depois do crime, a pior coisa para a cidade foi a criação da Fundação Renova. Ela já gastou R\$ 6,68 bilhões e a gente não viu essa reparação chegar na ponta, efetivamente, para os atingidos”, afirmou o promotor.

Segundo o promotor, dos 3.500 atingidos em Mariana, somente 151 foram, definitivamente, indenizados – o que representa 4,3% do total. Conforme diz Meneghin, a Fundação coloca, na mesma conta, as indenizações e os auxílios financeiros pagos a atingidos. O auxílio equivale ao pagamento de um salário mínimo mensal e uma cesta básica, não é indenização.

Guilherme Meneghin também critica a falta de apoio para que as vítimas da tragédia retomem suas vidas. Quatro anos depois, cerca de 800 famílias estão vivendo, ainda, em casas alugadas.

“A maior parte dessas famílias está vivendo em casas alugadas, recebem auxílio financeiro mensal e aguardam uma solução para que possam dar continuidade à vida. Então, se estiverem em casas alugadas e dependendo de sua sobrevivência nesse auxílio, fica muito difícil das pessoas retomarem as suas vidas. Nós entendemos que é fundamental, na visão do MP, não só entregar uma casa, pagar uma indenização. É auxiliar as pessoas a retomarem seus projetos de vida”, afirmou.

As obras de reassentamento das pessoas que perderam suas casas começaram, apenas, em julho deste ano. Até hoje, nenhuma família foi reassentada. Foram oferecidas 414 moradias temporárias na cidade de Mariana para 255 famílias, segundo relatório da empresa Ramboll, elaborado à pedido do MPF. A previsão é que as famílias habitem as novas casas só no ano que vem.

IMPUNIDADE
Do dia 5 de novembro de 2015 até hoje, nenhum responsável pela tragédia foi punido ou preso. Muitos atingidos ainda não foram reconhecidos; as prometidas assessorias técnicas aos impactados não tiveram contrato assinado; e ainda há dúvidas sobre a qualidade da água e do pescado.

Em 2016, 22 pessoas se tornaram réus da ação penal. No entanto, 13 foram excluídas do processo. Neste ano, a acusação de homicídio e lesão corporal dos outros nove acusados foi excluída pela Justiça federal. Com isso, eles respondem por inundação qualificada.

As 22 pessoas apontadas como responsáveis pelo rompimento da barragem da Samarco não foram punidas criminalmente. O processo está parado no TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). Em outubro de 2016, o MPF (Ministério Público Federal) denunciou a Samarco e suas acionistas, a Vale e a BHP Billiton, e a empresa VogBR, que deu laudo de estabilidade da barragem. Diretores da Samarco e seu então presidente, Ricardo Vescovi, também foram denunciados por crime ambiental, inundação e desabamento. Eles também respondem pelo homicídio de 19 pessoas.

“Isso traz uma sensação de impunidade muito grande. Estamos longe de um desfecho definitivo”, disse o procurador da República Paulo Trazzi.

O relatório da Ramboll ainda aponta uma possível subestimação do número de pessoas vinculadas à cadeia de pesca afetadas pelo rompimento da barragem. Isso quer dizer que o número de pessoas consideradas, pela Fundação Renova, aptas a receber indenização é menor do que o número apontado pela vistoria contratada pelo MPF.

O documento aponta 1.665 pessoas afetadas na cadeia da pesca em todo o rio Doce, enquanto outro indica 14.272.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Ministro Guedes apresenta projeto Guedes veda reajuste acima da inflação para o mínimo

Entre as medidas apresentadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em seu pacote de arrocho na terça-feira, 5, está incluída a proibição do reajuste do salário mínimo acima da inflação.

O pacote, apresentado por meio de três propostas de emenda constitucional, autoriza a União, Estados e Municípios a adotarem medidas “de emergência”, em caso de crise financeira. Entre essas medidas estão ações como o fim da obrigatoriedade de verbas para Saúde e Educação, o corte de jornada e salários de servidores públicos, a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes e o congelamento do salário mínimo. As medidas adotadas serão aplicadas por dois anos.

O reajuste do salário mínimo apenas pela inflação já estava previsto para o próximo ano, quando o salário passará de R\$ 998 para R\$ 1.039,00. A proposta do governo é estender o arrocho por mais um ano.

O aperto nos salários daqueles que mais precisam se dá por conta do “gatilho” previsto na chamada PEC emergencial. Conforme a proposta, o ajuste previsto na regra do teto de gastos, limitado à inflação, vedaria reajuste real ao salário mínimo. “Aprovada PEC emergencial este ano, não poderá ter aumento real do salário mínimo para 2020 e 2021”, afirmou o diretor de programa da Secretaria Especial de Fazenda, Jeferson Bittencourt.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Bolsonaro durante Seminário na China. Foto: Reprodução planalto.gov

HP



No ato, lideranças condenaram projeto que põem fim à unicidade sindical

Centrais, sindicatos e confederações fazem planária em defesa da unicidade sindical

As centrais sindicais CTB, Nova Central, CGTB, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, a Confederação dos Servidores Públicos Brasileiros, confederações e sindicatos realizaram na manhã de segunda-feira, 4, um ato em defesa da unicidade sindical.

A planária contou com a presença de 240 dirigentes de 30 categorias, entre elas metalúrgicos, metroviários, rodoviários, professores, bancários, servidores, marítimos, urbanitários, comerciários, vestuário. Os dirigentes presentes representaram 120 entidades de sete Estados.

No encontro, realizado no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, os sindicalistas condenaram a proposta de emenda constitucional que prevê o fim da unicidade, levando à divisão do movimento sindical e enfraquecimento da mobilização em defesa dos direitos trabalhistas.

A proposta – apresentada pelo deputado Marcelo Ramos (PL-AM), com o apoio do Paulinho da Força Sindical e de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que não estiveram presentes no ato – tramita como PEC 171, e chegou a ser devolvida pela mesa da Câmara por falta de assinaturas.

“Tudo o que conquistamos na CLT até hoje é fruto desse movimento sindical que temos hoje, dessa estrutura. E é isso o que querem derrubar. Estamos vendo essa família de milicianos se desgastando todo dia, defendendo o AI-5. Eles têm ódio da classe trabalhadora e do movimento sindical”, afirmou Luiz Gonçalves, presidente da Nova Central-SP.

Para Severino Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário, Pesca e Portos (CONTTMAP), “em nenhum lugar do mundo foi instituída a pluralidade sindical. Nem mesmo o patronato. Quando se viu o lado patronal defender a divisão da representatividade? O objetivo é reduzir

a capacidade dos trabalhadores de defenderem seus interesses”, ressaltou.

Os dirigentes sindicais reforçaram a defesa do PL 5552/2019, apresentado pelo deputado Lincoln Portela (PL/MG), que trata da regulamentação do movimento sindical. O projeto mantém a unicidade sindical e regulamenta artigos em relação à organização sindical, o conselho nacional, custeio, democratização da organização sindical, representação no local de trabalho e atos antissindicalistas.

“E o projeto que existe no Congresso, o deles não teve assinatura suficiente. Vamos pressionar para garantir os direitos dos trabalhadores”, disse Luiz Gonçalves.

O presidente nacional da Nova Central Sindicato dos Trabalhadores, José Calixto Ramos, ressaltou que a pluralidade sindical leva a uma situação em que se proliferam os sindicatos criados por patrões e quem ficam desassistidos são os trabalhadores. Para ele, esse cenário só piora na atual situação política do país. “Estamos agora sob um governo que nunca falou nada favorável aos trabalhadores. Nem durante a campanha, muito menos depois da campanha. Pegamos ainda um resquício de Temer, e agora quer acabar de atrofiar a nossa representação sindical”.

Para Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), “se a unicidade sindical for aprovada, o patronato vai adorar ter um sindicato para chamar de seu. É isso que quer o governo com esse GAET [Grupo de Altos Estudos do Trabalho, formado pelo governo]”.

“Sabemos que coisas boas podem ser copiadas, mas não podemos copiar aquilo que criou dificuldades, que afastou a classe trabalhadora dos sindicatos. O modelo de sindicalismo norte-americano não é referência nenhuma em lugar nenhum no mundo. O modelo de sindicalismo

mexicano imposto pelo neoliberalismo é uma tragédia”.

“E isso o que eles querem. A partir do golpe de 2016, com a ascensão de Michel Temer ao Palácio do Planalto, teve início uma ofensiva inédita contra os direitos sociais, a soberania e a democracia. Estão destruindo tudo que de positivo nosso povo conquistou. Se já está difícil com os sindicatos, imagine sem eles”, afirmou Adilson.

Ubiraci Dantas, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), também ressaltou o atual momento de ameaça à democracia sob o governo Bolsonaro. “A situação está grave. O governo incentiva as queimadas na Amazônia, o governo incentiva milicianos a tomarem conta do país. Tem a pachorra de pegar provas que podem incriminar a família Bolsonaro, defende o AI-5, isso tudo porque não quer diálogo, não quer conversa. Todos aqui sabem o que foi o AI-5. Quantos companheiros morreram com o AI5? Quantos foram torturados e jogados no rio? Quantos foram exilados? Fizeram isso para que pudessem impor a política deles. Nós não vamos permitir que isso aconteça. Ditadura nunca mais”, afirmou Bira.

“Sinto que dá para a gente derrubar essa proposta. Vamos fazer outras reuniões e ir para dentro do Congresso Nacional, conversar com os líderes dos partidos, porque só com a unicidade sindical teremos nossa força organizada na defesa dos direitos dos trabalhadores e para erguermos uma barreira de resistência democrática no nosso país”, ressaltou.

Representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Oswaldo Augusto de Barros falou da importância da divulgação do PL 5552 para intensificar a mobilização dos trabalhadores contra os ataques aos direitos trabalhistas.

Segundo plano do governo, União, Estados e Municípios estariam autorizados a cortar salários, carreiras e zerar concurso público

As propostas de Emenda Constitucional apresentadas pelo governo Bolsonaro, na terça-feira, 5, que compõem o pacote de arrocho geral ao povo brasileiro inclui em as suas medidas mais um ataque direto aos serviços públicos.

Após anunciar que pretende acabar com a estabilidade dos servidores, reduzir ao máximo o número de carreiras, e de criar categorias de servidores “temporários”, o projeto do governo enviado ao Congresso Nacional permite a redução da carga de trabalho com redução dos salários.

A medida, prevista na chamada PEC Emergencial, estaria autorizada em caso de “emergência fiscal”, ou seja, quando o Congresso Nacional autorizar o desenquadramento da Regra de Ouro no caso da União (proibição do governo a contrair dívida para pagar despesas correntes) e, no caso dos estados e municípios, quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente.

Com o estrangulamento das administrações estaduais e municipais – que já estão no sufoco há anos, com parcelamentos de salários, 13º parcelado, violência ao extremo e serviços como saúde e educação sucateados – União, Estados e Municípios ficariam autorizados a arrochar ainda mais os servidores. Entre as medidas previstas estão: redução de até 25% da jornada de trabalho de servidores públicos com redução proporcional de salários e subsídios; as administrações não poderão promover funcionários; também ficam impedidas de conceder reajustes, criar cargos, reestruturar

carreiras, abrir concursos ou criar verbas indenizatórias.

Os servidores já vêm se mobilizando contra os ataques do governo ao funcionalismo. De acordo com o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, as categorias estão atuando para impedir o avanço das propostas do governo. “Estamos nos articulando para unir forças nos enfrentamentos que se darão por conta da reforma. Somos quase 12 milhões de servidores no Brasil. Juntos, vamos defender o fortalecimento do papel do Estado na redução das desigualdades e no fomento do desenvolvimento”, disse.

Para João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), a ofensiva do governo contra os servidores públicos busca “esconder o cerne do problema: receitas cada vez mais escassas para o financiamento de serviços essenciais à população, conjuntamente com a sobrecarga profissional resultante da fórmula insustentável de cortar investimentos em um período de crescimento das demandas por saúde, educação, segurança, proteção social e demais serviços ainda ofertados pelo Estado”.

“Como se não bastasse a insatisfação das categorias do setor público com a retirada abrupta de seus diretos e garantias constitucionais que asseguram a boa execução de suas atividades, o governo, de maneira covarde, joga no ‘coló’ desses profissionais as mazelas resultantes do sucateamento em curso”, afirma João Domingos.

Para servidores, pacote econômico de Guedes pode levar país ao “caos social”

Os servidores públicos reagiram ao pacote apresentado pelo governo Bolsonaro que prevê a possibilidade de redução de 25% na jornada e nos salários do funcionalismo público, a suspensão de concursos, além de outras medidas que atingem as carreiras dos dos servidores.

A proposta consta no pacote de arrocho do governo composto por três propostas de emenda constitucional. As medidas incluem ainda o fim da obrigatoriedade das verbas destinadas à Saúde e Educação.

Para os servidores, as medidas anunciadas pelo governo poderão provocar um caos social no país.

“O governo Bolsonaro repete velhos estigmas contra o serviço público. Eles dizem, por exemplo, que a máquina é inchada, mas nós demonstramos, em um relatório que fizemos ao Banco Mundial, que o quadro hoje é menor do que em 1991: tínhamos 630 mil, agora são menos de 600 mil, dos quais 120 mil já têm condições de se aposentar”, critica o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

Marques alerta que os serviços oferecidos à população, já deficitário em vários setores, serão bruscamente atingidos por essa medida, o que vai piorar ainda mais suas condições.

“O governo tem que ser honesto e dizer quais serviços deixarão de ser prestados à sociedade. É possível reduzir em 1/4 algo que já é precário? Vamos pensar na saúde pública, na educação, na segurança. Se o governo quer que aconteça

no Brasil a mesma coisa que está acontecendo em outros países da América Latina, está no caminho certo, será o caos social”, criticou.

As entidades ressaltam que já se organizam para atuar junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos para conter o avanço de mais esse ataque aos serviços públicos.

Em reunião da Frente realizada na terça-feira, 5, na Câmara dos Deputados, as ações de resistência aos projetos do governo já começaram a ser debatidas. “Tanto os servidores públicos quanto a sua estabilidade são fundamentais para o Estado. Isso não é privilégio do servidor. É algo que existe para que a sociedade tenha certeza de que há estabilidade do Estado”, afirmou o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado.

Para o presidente da Frente, deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), “essas propostas trazem profunda insegurança jurídica ao funcionalismo. E além de ser impossível juridicamente falando, pode gerar suspensão dos serviços e precarização da área da saúde, educação, segurança, entre outras”.

De acordo com o deputado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a manter o diálogo e ouvir as demandas do funcionalismo. “Ele disse que vai manter seu perfil democrático e não vai permitir que eles sejam feitos com base em preconceitos e mitos. E nós vamos defender nosso posicionamento com números e dados”, afirmou.

FNP



Presidente eleito da Argentina e o mexicano Obrador defendem fortalecer as duas economias

Na primeira viagem internacional realizada depois de derrotar Macri nas eleições de 27 de outubro, Alberto Fernández reuniu-se, no México, com o presidente Andrés López Obrador. Embora o encontro de cerca de hora e meia tenha sido a portas fechadas, eles divulgaram que debateram a relação entre os dois países, a integração regional e o futuro dos investimentos bilaterais que espelhem a política econômica que buscam fortalecer.

A decisão de Fernández de ir ao México em sua primeira viagem ao exterior foi apontada por especialistas como um sinal de como será sua política internacional. Foi no México, no qual se organizou o Grupo de Puebla, que se pretende constituir agora o Grupo Progressista Latino-Americano, que se define como “um espaço de reflexão e de intercâmbio político na América Latina”, segundo a declaração inicial. Líderes e dirigentes latino-americanos buscam assim neutralizar o peso de outros países da região que priorizam “administrações neoliberais”, afirma a declaração conjunta.

IGUALDADE PERDIDA

Em entrevista, Fernández falou sobre a atividade do Grupo de Puebla, que se reunirá nos dias 8 e 9 de novembro em Buenos Aires, mas esclareceu que se trata de uma iniciativa de líderes respeitosos da democracia e das instituições, que não se organizava contra ninguém, mas a favor de políticas que “devolvam a equidade perdida na América Latina”.

Concordaram ainda na necessidade de reativar organismos como a UNASUL e a CEPAL para revitalizar a integração regional, tão debilitada nos últimos tempos.

RECUPERAR A ARGENTINA

Por razões protocolares – se tratava de um presidente eleito e não de um em exercício -, Fernández se apresentou sozinho na conferência de imprensa posterior à reunião, ressaltando que receberá uma economia com alto endividamento feito por políticas contrárias aos interesses populares, que levaram a 40% da população abaixo da linha de pobreza. “Nenhum país se recupera na pobreza. É necessário voltar a pôr em marcha a economia argentina e verificar de que modo podemos cumprir nossas obrigações. Efetivamente queremos cumpri-las, mas não às custas de mais deterioração social”, frisou.

ARROCHO E FMI

O presidente eleito voltou a dizer que o Fundo Monetário Internacional é corresponsável pelo estado em que se encontra a Argentina, e exigiu que se compreenda que “não se pode seguir arrochando a sociedade de nosso país”. Assinalou que a questão das tarifas públicas é um tema que deve ser revisto o mais rápido possível, desmentindo um suposto aval a novos aumentos, que chamou de “notícias falsas”. “Não pode ser que as tarifas continuem dolarizadas quando o restante da economia não o está. Isso já determinei que desde o primeiro dia deve ser revisado”, sublinhou.

López Obrador reafirmou que se pode contar com ele e seu governo para o que for necessário. “O apoio que pode dar é muito”, avaliou Fernández com base em que o México tem uma vaga no diretório do FMI e integra um mercado comum com os Estados Unidos e Canadá. Nesse cenário internacional, detalhou o brutal incremento da dívida: a mais pesada é a que o país tem em dólares, ou seja, a dívida externa, que nos anos do governo Macri passou de 36 a 72% do Produto Interno Bruto, quer dizer, exatamente o dobro. Isso em apenas três anos.

Após o encontro, López Obrador mostrou a Fernández as obras do muralista Diego Rivera expostas no Palácio Nacional, sede do Governo, nas paredes e escadarias do local. O argentino chegou com um busto de Evita Perón que presenteou a seu anfitrião.

Chile exige Constituinte e Piñera promete apenas modificar a Carta



Com a bandeira do Chile em punho, manifestantes exigem democracia e fim do arrocho

ONU rejeita bloqueio a Cuba: 187 a 3. Bolsonaro bajula Trump e isola o Brasil que vota só com EUA e Israel

Por 187 votos contra apenas 3, a Assembleia Geral da ONU repudiou o bloqueio norte-americano a Cuba e aprovou a “necessidade de se pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”.

Além dos Estados Unidos, votou contra a resolução o submisso governo de Israel. Em atitude de

nítida bajulação à Casa Branca, a essa injustiça repudiada mundialmente, se incorporou o governo Bolsonaro.

A medida agressiva e intervencionista contra Cuba sempre foi rechaçada pelo governo brasileiro que é internacionalmente reconhecido por seu respeito à soberania e autodeterminação dos povos.

Agora, Bolsonaro, faz o Brasil recuar de sua tradi-

cional e histórica posição, votando isoladamente com EUA e Israel pela primeira vez em 28 anos.

Colômbia, Ucrânia e Moldávia se abstiveram.

Desde 1992, a Assembleia Geral da ONU tem aprovado com crescente maioria a resolução apre-sentada por Cuba e exigido assim o levantamento do criminoso bloqueio que os EUA impõem há 60 anos ao país.

Rabinos e entidades repudiam o incitamento do embaixador de Israel contra Confederação Israelita

Fracassou a tentativa do embaixador de Israel, Yossi Shelley, de esvaziar o jantar comemorativo da 50ª Convenção da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e a própria convenção, dizendo que o presidente da Conib queria “destruir as relações entre Brasil e Israel”, apenas pelo fato da entidade judaica brasileira ter tecido – no início do ano – justas críticas a Bolsonaro.

Em primeiro lugar, além do jantar e da Convenção terem tido ampla participação de lideranças nacionais e das federações israelitas, a atitude do embaixador israelense recebeu o repúdio de diversos rabinos e entidades judaicas.

CRÍTICA A BOLSONARO

A crítica do presidente da Conib, Fernando Lottenberg, se deu diante de alguns absurdos ditos por Bolsonaro que, depois de sair do Museu do Holocausto (o Yad Vashem em Israel), em abril, relativizou o genocídio de judeus na Segunda Guerra Mundial (afirmando que “o nazismo foi um movimento de esquerda” e que “podemos perdoar o Holocausto, mas nunca esquecer”). Na ocasião, Lottenberg foi sucinto e declarou que “o nazismo não foi de esquerda, foi de extrema direita”.

Além dele, o rabino Michel Schlesinger, da Congrega-ção Israelita Paulista e representante da Confederação Israelita do Brasil para o diálogo inter-religioso, referiu-se ao “genocídio de seis milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial” deixando claro que “o nazismo foi uma ação da extrema-direita europeia. O Holocausto foi um produto do nazi-fascismo, movimentos da extrema-direita europeia. Dizer que a Shoá [Holocausto] foi criada pela esquerda é falsificar a história”.

SABUJICE

Para o embaixador, adepto de uma adesão incondicional a Bolsonaro e no afã de que todos os judeus o acompanhassem nesta sabujice, bastaram essas críticas, justas e formuladas há vários meses, para que ele investisse contra Lottenberg, dizendo: “ele tem uma agenda política própria, fala mal de Bolsonaro e a comunidade judaica não gosta disso”.

Mas a comunidade judaica em peso mostrou que não vê qualquer problema na crítica a Bolsonaro ou a qualquer governante que a mereça. Além do claro menosprezo pelo incitamento do embaixador, com a ampla presença na Convenção, os judeus brasileiros se manifestaram solidários à Conib e a

Lottenberg, através de diversos comunicados, posicionamentos, mensagens e e-mails.

Em mensagem à Conib, o rabino Nilton Bonder destacou: “Gostaria de me solidarizar com a Conib e sua liderança, na pessoa de Fernando Lottenberg, diante da tentativa de intromissão e intimidação que sofreu. A Conib exerce um papel fundamental na representação e independência da comunidade judaica no Brasil. Tem hoje uma liderança democrática à altura de sua tarefa e dos tempos difíceis de intolerância tanto no Brasil como no mundo. Antes outras entidades usufruísem de liderança de igual lucidez, sensibilidade e respeito. A comunidade judaica está unida quando é plural, valor medular de sua tradição. A divisão não advém de múltiplos olhares, mas da tentativa de impor consensos”.

O rabino Michel Schlesinger, da Congrega-ção Israelita Paulista, afirmou: “Assim como praticamos o diálogo inter-religioso, precisamos estar dispostos ao diálogo intra-religioso. A tradição judaica sempre se pautou pela polifonia, pela pluralidade de vozes. Segundo o Midrash (comentários à Bíblia), cada pessoa que estava presente no Monte Sinai ouviu a Torá de uma forma distinta, porque cada pessoa é diferente. As palavras do Fernando Lottenberg na 50ª Convenção Nacional da Conib reforçaram a mensagem de diálogo ao qual a Confederação se tem mantido fiel”.

Para o rabino Yossi Schildkraut, “A Conib é a representante de toda a comunidade judaica brasileira há mais de 70 anos e tem cumprido esse papel com cuidado e responsabilidade”.

O rabino Uri Lam disse: “Todo apoio ao presidente Fernando Lottenberg. A lucidez com que falou no jantar da convenção foi digno dos mais de 70 anos da Conib. Tive orgulho da nossa comunidade. Aplaudi de pé e aplaudo novamente agora. A democracia e a Torá estavam no Salão Marc Chagall da Hebraica São Paulo, em plena diversidade. Incluídas tnuot (movimentos sionistas que ligados aos kibutzim) como Habonim Dror e Hashomer Hatzair. Pena que o embaixador perdeu mais uma oportunidade de celebrar um momento tão judaico.... Não somos uma só voz. Somos uma orquestra, um coro de muitas vozes.”

A B’nai Brith do Brasil, entidade de mais de 85 anos de serviços à comunidade judaica brasileira, no terreno da luta contra a difamação e o antisemitismo, enviou carta ao embaixador para manifestar sua solidariedade

A um mês nas ruas, chilenos se unificam em torno da demanda de uma Constituinte que substitua arremedo de Carta herdada da ditadura de Pinochet. Piñera diz acatar mas propõe só remendar a que está em vigência

O presidente chileno, Sebastián Piñera, pressionado pelas enormes manifestações que durante semanas enchem as ruas das principais cidades do país, anunciou que preparará um projeto para fazer mudanças na Constituição elaborada durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), exigência da população em meio à grave crise social, econômica e política.

“Acredito nas mudanças na Constituição, que são legítimas e vamos discuti-las. Na verdade, estamos preparando um rascunho de mudanças na Constituição para poder atualizar e ter nossa própria proposta”, afirmou, em entrevista divulgada no sábado, 9, pelo jornal “El Mercurio”.

Logo depois de Piñera assumir a presidência, em março do ano passado, assinalou que não permitiria a aprovação de um projeto de lei enviado ao Congresso por sua antecessora, Michelle Bachelet (2014-2018), para modificar a Constituição. Aquele projeto assumia a inviolabilidade dos direitos humanos, o direito à saúde e à educação e também tratava da igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Agora, após um mês de manifestações e a um custo de 20 chilenos mortos, o presidente esclareceu na entrevista que sua proposta pode ser discutida juntamente com o projeto de lei de Bachelet e com outras propostas que possam surgir.

O regime de Pinochet “impôs uma das variantes mais extremas de neoliberalismo do mundo, a Constituição de 1980 tem se transformado no mecanismo mediante o qual, quando os defensores do modelo perdem votações no parlamento, acodem à Constituição e ao Tribunal Constitucional, TC, para derrubar leis que busquem mudar ou amenizar o modelo”, afirmou Javier Couso, advogado constitucionalista e professor das universidades Diego Portales (Chile) e de Utrecht (Holanda).

O catedrático aponta exemplos do compromisso da Carta Magna chilena

com o modelo antinacional: “A supressão do direito dos trabalhadores de negociar ‘por ramo de atividade’, isto é, entre várias organizações sindicais e vários empregadores de uma mesma categoria, prática habitual em muitos países; a proibição do direito de greve dos funcionários públicos; a ‘constitucionalização’ dos seguros privados de saúde e do sistema privado de pensões, impedindo o modelo de repartição. E em adição a essa constitucionalização, o TC tem realizado uma ‘jurisprudência ativista’ de proteção do modelo, declarando inconstitucionais projetos de lei aprovados, por exemplo, um que impulsionava a sindicalização; ou o que fortalecia o direito normativo, fiscalizador e de aplicação de sanções do Serviço Nacional do Consumidor (Sernac); ou o que proibia aos controladores de universidades privadas perseguirem fins de lucro”.

A oposição respondeu à entrevista de Piñera com vários questionamentos. O presidente do Partido pela Democracia, Hernando Muñoz, assegurou que “o clamor cidadão é para uma nova Constituição, não para mudanças que tendem a não atacar os problemas centrais. É para um plebiscito. O presidente deve convencer-se e escutar”. O líder do Partido Comunista, deputado Guillermo Teillier, disse que “as mudanças na Constituição de Piñera são puro jogo de cena. A saída é o plebiscito, a Assembleia Constituinte rumo a uma Nova Constituição”. Já o dirigente da Democracia Cristã, Fuad Chahin, disse que “o povo não quer mais medidas-remendo”.

A desconfiança ocorre porque, ao mesmo tempo em que acena com esse recuo, na semana passada Piñera anunciou medidas de segurança, endurecendo a criminalização dos protestos com 10 medidas, dentro das quais se destacam a entrega de mais financiamentos à polícia e a modernização da inteligência para reprimir as entidades sociais e os partidos de oposição.

SUSANA LISCHINSKY

Colômbia: ministro da Defesa renuncia após ocultar o massacre de oito crianças

O ministro da Defesa da Colômbia, Guillermo Botero, renunciou na quarta-feira (6) após o escândalo do massacre de oito crianças em setembro, que chegara a comemorar como a primeira ação vitoriosa contra ‘dissidentes das Farc’. Considerado um dos principais próceres do ex-presidente Álvaro Uribe, Botero se viu forçado a renunciar quando já havia votos no Senado para afastá-lo.

O próprio Botero se encarregara de se pavonear pelo Twitter do sucesso da operação, postando que “hove integrantes” dos Grupos Armados Organizados residuais (GAO) – um nome inventado para chamar os dissidentes das Farc -, e acrescentara que “os delinquentes estão advertidos: se entregam ou serão vencidos”. O massacre foi cometido na região de San Vicente del Caguán (Cauquetá), no sul do país.

De “nove” o número de mortos na operação seria aumentado para 14, dias depois por Botero, e um suposto guerrilheiro remanescente, Gildado El Cucho, foi incluído no rol. A operação, alardeada como uma “vitória do governo Duque”, foi a primeira realizada após o ex-dirigente das Farc Ivan Márquez anunciar que estava retornando às armas.

No parlamento, durante a apresentação da moção de censura ao ministro carnicheiro

na véspera, o senador Roy Barreras, que preside a Comissão de Paz do Senado, interpelou Botero exibindo o parecer dos peritos forenses, dizendo-lhe: “você escondeu da Colômbia que, em setembro, bombardeou sete crianças”.

Número que, como alertou, poderia ser ainda maior, porque quatro corpos haviam ficado “tão dilacerados” que os peritos forenses só tinham conseguido estabelecer que três eram menores.

Mais precisamente poderia se descrever o bombardeio como “um atentado a bomba” contra supostos dissidentes, como registraram jornalistas colombianos.

Segundo a Procuradoria Geral colombiana, “dos 15 corpos identificados pelas equipes forenses após o bombardeio em Caquetá, 8 eram menores de idade e 7 adultos”. Dois cadáveres ficaram sem identificar. O órgão autorizou a entrega dos 10 corpos identificados às famílias.

Botero, que resistira em julho a uma primeira votação de censura no parlamento por outras denúncias de atrocidades, tentou manter suas alegações de que as operações seguiam “os padrões internacionais do direito humanitário”.

Leia a matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Macron declara “morte cerebral da Otan” e Sergei Lavrov ironiza: “caso melhor, faremos visita”

A declaração feita pelo presidente francês sobre a “morte cerebral da Otan” foi recebida com sarcasmo pelo chefe da diplomacia russa, Sergei Lavrov, que se comprometeu com uma visita à enferma “assim que se recuperar”.

“Eu não gostaria de me arrastar para uma discussão sobre o lado médico desta questão”, acrescentou Lavrov a repórteres, em um evento de controle de armas em Moscou.

A declaração de Macron foi feita em entrevista à revista The Economist, motivada pela próxima cúpula da Otan em Londres, no dia 4 de dezembro.

Ainda segundo o chanceler russo, “Se Macron achava que o diagnóstico que ele fez [da Otan] era tão evidente – ele tinha todo o direito de declará-lo. Ele conhece a Otan melhor do que eu, pois representa uma nação que é membro da aliança”.

Lavrov afirmou que a Rússia continua interessada em construir “relações mutuamente benéficas” com o bloco encabeçado pelos EUA, relações em pé de igualdade.

O chamado bloco militar atlântico, constituído para levar a Guerra Fria à Europa em 1949, destinava-se, na precisa definição de seu primeiro secretário-geral, o britânico Lorde Hasting Ismay, “a manter os EUA dentro, os russos fora, e os alemães por baixo”. Após o fim da Guerra Fria, foi inchado com a anexação de repúblicas ex-socialistas e serviu de puxadinho para as agressões no Iraque, Afeganistão e Líbia. Nos últimos meses, seus membros têm sido achacados pelo regime Trump para que paguem mais pela ‘proteção, isto é, pela ocupação.

“O que estamos assistindo é a morte cerebral da Otan”, disparou Macron.

“O presidente Trump, tenho muito respeito por isso, levanta a questão da Otan como um projeto comercial. Segundo ele, é um projeto no qual os Estados Unidos fornecem uma espécie de guarda-chuva geopolítico, mas em contrapartida deve haver exclusividade de mercado, é uma condicionante para comprar americano. A França não se inscreveu [na Otan] para isto”, advertiu o chefe de Estado francês.

“Não há coordenação da decisão estratégica dos Estados Unidos com os parceiros da Otan”, acrescentou Macron, que reclamou da “agressão liderada por outro parceiro da Nato, a Turquia, numa área em que os nossos interesses estão em jogo, sem coordenação”, se referindo à invasão de uma faixa do território sírio. “O que aconteceu é um grande problema para a Otan”.

Para Macron, é necessário agora “clarificar quais são os objetivos estratégicos da Otan”. Ele também conclamou a “reforçar” a defesa da Europa. Em 1966, o presidente Charles de Gaulle retirou a França do Estado Maior da Otan, em nome da soberania e por se recusar a deixar as armas nucleares francesas sob controle de Washington. Decisão revogada 43 anos depois por Nicolas Sarkozy.

As declarações de Macron sobre a Otan foram contestadas pela primeira-ministra alemã Angela Merkel, ao lado do secretário-geral do bloco, Jens Stoltenberg – este, uma espécie de relações públicas, já que quem manda mesmo é um general ianque. Os dois disseram que Macron havia exagerado a luta interna do bloco. “O presidente francês escolheu palavras drásticas. Esse não é o meu ponto de vista em relação à cooperação dentro da Otan. Acho que um golpe tão vasto não é necessário”, asseverou Merkel.

A repercussão do comentário em Moscou incluiu o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, que brincou com a opinião de Macron sobre o estado atual da Otan. “Se a Otan está viva ou morta, e quais de suas partes estão em coma – não cabe a nós decidir. Nós não somos patologistas”. Ele reiterou que a aliança militar transatlântica foi projetada para confronto desde o início.”

De acordo com Macron, essa deriva na Otan conduz a uma questão que ele vem levantando, a criação de um sistema de defesa europeu. “Uma Europa que deve adquirir autonomia estratégica e de capacidade no domínio militar”, enfatizou. Macron mostrou-se, ainda favorável a um diálogo estratégico com a Rússia. O que, destacou, deve ser feito “sem qualquer ingenuidade” e “levará tempo”.

Multidão nas ruas de El Alto repudia golpe na Bolívia: ‘Fora Camacho!’



População da cidade de El Alto marcha em rechaço ao golpe fascista contra Evo

Candidatos de Trump são derrotados na eleições da Virgínia e Kentucky

Faltando pouco menos de um ano para a eleição presidencial, candidatos republicanos sofreram duras derrotas. O revés atingiu diretamente a Trump, que se envolveu pessoalmente nas campanhas. Os candidatos democratas venceram na terça-feira (05/11) nas eleições nos Estados da Virgínia e Kentucky.

Diante de 20 mil simpatizantes durante um ato em Kentucky, na noite de segunda-feira, 4, o presidente dos EUA havia dito que uma vitória de Andy Beshear, candidato dos democratas, seria uma “mensagem muito ruim”, chamando seus correligionários a não deixar que isso acontecesse com ele.

Um dia depois, Beshear foi vitorioso. A diferença de votos foi estreita e o republicano Matt Bevin recusava-se a admitir a derrota apesar das declarações de autoridades eleitorais locais. Nesse mesmo Estado, o presidente obteve em 2016 quase 30% a mais de votos que a candidata rival à Casa Branca, Hillary Clinton.

Na Virgínia, pela primeira vez em 25 anos, os democratas conquistaram a maioria nas duas casas do parlamento. O líder do partido democrata Tom Perez falou em uma “vitória histó-



Andy Beshear venceu o indicado por Trump e é o novo governador do Kentucky - (foto Wkyl)

rica”, que “abala Trump e todos os republicanos”. Ele convocou os democratas a lutarem com “energia sem precedentes”, em todos os Estados, para derrotar Trump no próximo ano. Tendo já o governador, os democratas ficaram agora na direção dos principais níveis de poder nesse estado.

“Eu espero que todo mundo” na Virgínia vote “para enviar uma mensagem a Washington”, tinha tuitado Trump dias atrás, colocando essa eleição como símbolo da defesa do porte restrito de armas e de uma suposta “luta contra a imigração” com base na discriminação racial, questões que dominaram o debate eleitoral.

Em um país dividido e cheio de contradições, essas eleições eram vistas como uma prova sobre o nível de aceitação de Trump, o quarto presidente da história dos EUA a ser ameaçado por um processo de destituição via impeachment. Trump responde por um caso de pressões contra o governo da Ucrânia.

Já no Estado de Mississippi, o candidato republicano, Tate Reeves, estava bem posicionado para ganhar o governo do Estado à frente ao democrata Jim Hood, que defendeu posições próximas às republicanas, particularmente pró-armas de fogo e contra a imigração. Entre os dois, os eleitores ficaram com o original.

70% da ‘Geração do Milênio’ dos EUA diz que poderia votar num “socialista” para presidente

A quarta pesquisa anual sobre “Atitudes dos EUA em relação ao socialismo, comunismo e coletivismo”, encomendado por uma certa ‘Fundação Memorial Vítimas do Comunismo’ – nome que por si só dispensa apresentações – e conduzido por YouGov, registrou um forte crescimento no interesse pelo socialismo entre os jovens nos EUA no ano passado. Como assinalou o portal Axios, se referindo à pesquisa, “os jovens americanos continuam a perder a fé no capitalismo e a abraçar o socialismo”.

O estudo, realizado anualmente desde 2016, baseia-se em entrevistas com 2.100 pessoas e margem de erro de + – 2,4%.

Os resultados deste ano revelam uma significativa radicalização entre os jovens norte-americanos, particularmente nas chamadas Geração do Milênio (entre 23 e 38 anos) e Geração Z (entre 16 e 22 anos).

Possivelmente a mais importante conclusão da pesquisa foi que 70% dos milênas disseram que poderiam votar num “candidato a presidente socialista”, sendo que a porcentagem dos que se disseram “extremamente propensos” a votarem em um dobrou de 10% em 2018 para

20% este ano.

Como se sabe, ao contrário da Europa, nos EUA, depois da caça às bruxas macarthista, ‘socialismo’ era considerado quase um palavrão e até supostamente ‘anti-norte-americano’.

Continua sendo nas gerações mais velhas, mas entre as mais novas, que nasceram após o fim do bloco socialista e chegaram à idade adulta em pleno crash de 2008 – passando pelas guerras do Iraque e Afeganistão, mais escândalo do grampo em massa e a impunidade dos bankers – a lavagem cerebral parece estar perdendo a eficácia.

Obviamente, a pesquisa mostra um espaço enorme para a campanha a presidente de Bernie Sanders, com suas propostas de estender a todos o Medicare que já atende aos aposentados e a gratuidade do ensino universitário.

Na pesquisa, 39% dos ‘milênas’ disseram “saber muito” sobre o socialismo, o que vai a 83% quando incluídos os que consideram pelo menos “saber um pouco”. 50% dos ‘milênas’ e 51% da Geração Z têm uma visão “um tanto ou muito desfavorável” ao capitalismo, o que é uma

piora respectivamente de 8 e 6 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Muitos jovens têm menos expectativas de crescimento para suas vidas, do que as tiveram seus pais. Muitos têm que se virar em mais de um emprego. Muitos tiveram de voltar a morar com os pais. Alguns chegarão à idade de aposentadoria ainda devendo aos bancos a universidade. A desindustrialização levou embora muitos dos empregos melhor pagos.

Depois de dez anos de bailout dos bancos, especulação desenfreada que resultou na ‘Bolha de Tudo’ e brutal concentração de renda e desigualdade, começa a se espalhar nos EUA a intuição de que o individualismo levou a um beco sem saída, que só os magnatas se saíram bem, que Washington é um pântano fétido e o que é urgente é resgatar a busca de um futuro compartilhado e do bem comum.

Assim, uma pesquisa anti-comunista acaba virando um tiro no pé e registrando que quase metade dos ‘milênas’ acha que o governo deve oferecer um emprego a todos que desejam trabalhar, mas não conseguem encontrá-lo. Leia mais em www.horadopovo.com.br

O presidente Evo afirmou que os “conspiradores Mesa e Camacho, passarão à história como racistas e golpistas”

“Os golpistas que assaltaram minha casa e a de minha irmã, incendiaram domicílios, ameaçaram de morte ministros e seus filhos e violentaram uma prefeita, agora mentem e tratam de culpar-nos pelo caos e a violência que eles provocaram. A Bolívia e o mundo são testemunhos do golpe”, denunciou o presidente Evo Morales, acrescentando que os “conspiradores Mesa e Camacho, passarão à história como racistas e golpistas”.

Na tarde de segunda-feira (11), milhares de manifestantes marcharam em El Alto, vizinha à capital, La Paz, para repelir o golpe de estado fascista, entoando “Fora Camacho”, o milionário chefe das milícias de Santa Cruz, que encabeça as turbas violentas que espalharam o caos no país até o golpe se consumir, com a cumplicidade do candidato derrotado, Carlos Mesa, da polícia e do altos mandos militares.

Convocados pela Federação de Juntas de Vizinhos (Fejuve), os moradores tomaram as ruas para cobrar que os golpistas abandonem a capital, sede do governo, a fim de que a democracia e a soberania sejam restabelecidas.

A decisão de renúncia foi tomada por Evo, como comunicou no domingo, para que pessoas mais pobres e humildes – assim como seus companheiros do Movimento Ao Socialismo (MAS) -, parem de ser perseguidos e golpeados, como é o caso de ministros, governadores, prefeitos e lideranças sociais. “Eu me demiti da minha posição de presidente para que (Carlos) Mesa e (Luis Fernando) Camacho não continuem a perseguir líderes sociais”, sublinhou.

“A luta não termina aqui”, reiterou Evo. “Os humildes vamos continuar com essa luta por igualdade, por paz. Neste momento, é nossa obrigação como presidente indígena buscar a pacificação”, destacou.

A prefeita de Vinto, Patricia Arce, se tornou um símbolo dessa perseguição abjeta. Foi sequestrada pela turba fascista, surrada, teve os cabelos cortados e o corpo pintado de vermelho e sofreu outros abusos durante três horas, até ser libertada por policiais. “Estou em um país livre, não vou calar a boca e se eles querem me matar, que me matem”, declarou, dizendo que seguirá lutando pelo processo de mudanças.

O Centro de Pesquisa Econômica e Política, de Washington, liderado por Mark Weisbrot e Dean Baker, após minucioso exame do relatório da OEA que funcionou como gatilho do golpe, denunciou que este não apresenta quaisquer provas das acusações de “graves irregularidades”.

REPÚDIO MUNDIAL

Inúmeros países já condenaram o golpe. O presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, denunciou que “na Bolívia consumou-se um golpe de Estado produto da ação conjunta de civis violentos”.

O governo Putin condenou “a onda de violência desatada pela oposição” que impediu Evo Morales de “completar o mandato presidencial”.

O líder trabalhista inglês, Jeremy Corbyn, que disputará o comando do governo de Londres nas eleições de dezembro, rechaçou “o golpe de Estado contra o povo boliviano” e a saída de Evo por imposição dos militares,

manifestando seu apoio “à democracia, à justiça social e à independência”.

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, convocou o mundo a “se mobilizar pela vida e a liberdade de Evo”.

A resistência continua. Em El Alto, a Fejuve passou a organizar “comitês de autodefesa, bloqueios, mobilizações permanentes e contundentes em diferentes setores da sede de governo” para derrotar os que querem impor o retrocesso à força. Estamos mobilizados, “como quartel general em defesa da democracia”, destacou a entidade comunitária, para impedir o retorno da oligarquia e a devastação do país. Em Cochabamba, a ira popular fez a polícia correr.

De acordo com informações recebidas de moradores pela Hora do Povo, El Alto se transformou numa verdadeira praça de guerra, com a polícia e mercenários da direita disparando de forma indiscriminada contra os manifestantes. Foram erguidas barricadas.

Evo denunciou pelo Twitter que “a polícia amotinada reprime com bala para provocar mortos e feridos em El Alto. Minha solidariedade com essas vítimas inocentes, entre elas uma menina, e o heroico povo altenho, defensor da democracia”.

Também começam a aparecer evidências da ingerência do regime Trump - e de Brasília - no golpe na Bolívia. Moradores próximos às Embaixadas dos EUA e do Brasil viram camiones entrando e saindo com pessoal e mochilas na noite de domingo e madrugada desta segunda-feira. Em gravações interceptadas recentemente pelo governo boliviano, havia articulação do apoio norte-americano, de membros da equipe de Bolsonaro e da igreja Universal ao golpe.

Como no golpe na Ucrânia, apelaram abertamente para mafiosos fascistas. O chefe das turbas extremistas, Camacho, tem suas raízes na União Juvenil Cruzenhista, grupo flagrado exibindo a bandeira com a suástica e a saudação nazista, e que agora se dedica a destruir a Whipala – a bandeira multicolorida dos povos indígenas, desde 2009 símbolo do estado plurinacional.

Já Carlos Mesa, co-participante do golpe, foi um dos cinco presidentes bolivianos neoliberais do curto período de 2001 a 2005, todos eles expulsos do palácio pela revolta popular. Mesa renunciou em 2005, após se negar a cumprir a nacionalização dos hidrocarbonetos decidida em referendo.

Por qualquer critério, Evo é o melhor presidente da história da Bolívia, com o PIB tendo quadruplicado desde que venceu sua primeira eleição em 2006, responsável pela nacionalização dos hidrocarbonetos e sua colocação a serviço de todo o povo e que fez o país recordista em crescimento na América Latina.

A nacionalização e o imposto direto cobrado sobre os hidrocarbonetos foram alguns dos principais elementos que explicam o alto crescimento de mais de 4,5% durante uma década. Quando houve a explosão das commodities, a pobreza diminuiu e o governo guardou uma parte dos recursos, construindo uma grande reserva financeira. A indústria foi estimulada, a economia foi despolarizada e a inflação mantida baixa. A pobreza caiu e a desigualdade foi reduzida.

México denuncia golpe na Bolívia e pede reunião da OEA

O governo de López Obrador, no domingo, 10, solicitou uma reunião urgente do Conselho da Organização de Estados Americanos (OEA) diante do “golpe de estado na Bolívia” e cobrou da entidade por não ter se posicionado até aquele momento.

O ministro de Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, reiterou a posição do México de condenação ao golpe, agravado com o fato de que o ex-presidente, Evo Morales, tinha apresentado propostas que iam desde uma recontagem auditada de votos até a

realização de novas eleições, mas a resposta foi uma exigência de renúncia formulada por um setor do exército.

O ministro Ebrard afirmou que é inadmissível que as forças armadas de um país pegam a renúncia de um presidente eleito pelo povo e em exercício de suas funções. Registrou que não obstante ter seu direito, Morales resolveu sair para evitar uma guerra civil. “É um golpe de Estado, não há dúvidas, porque exigiram a renúncia do presidente, algo inconstitucional no país”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Bernie Sanders quer que EUA retorne ao Acordo com Irã, que foi rasgado por Trump

O pré-candidato democrata à Presidência, Bernie Sanders, pediu um retorno dos EUA ao acordo nuclear com o Irã (JCPOA) após Teerã anunciar que, em consonância com os artigos 26 e 36 do acordo, está suspendendo cláusulas que observou até aqui, em resposta à violação total do acordo pelo regime Trump, o que já completou um ano, e à apatia de Paris, Berlim e Londres quanto a cumprirem efetivamente sua parte.

“Devemos voltar ao JCPOA imediatamente e conversar com o Irã sobre outras questões regionais”, afirmou Sanders, após apontar que “tínhamos um acordo em vigor que limitava o programa nuclear do Irã, que Trump violou de forma temerária”.

sanções unilaterais e devastadoras impostas por Trump, que incluem ‘zerar’ a exportação de petróleo iraniano, de que o país depende para comprar tudo que não produz internamente.

As sanções do regime Trump contra o Irã, dirigidas abertamente a matar de fome o povo iraniano e a estrangular seu governo, têm sido descritas como “as mais duras de todos os tempos” dos EUA.

Como as sanções são estendidas extraterritorialmente a quem realizar transações comerciais com o Irã (as chamadas sanções secundárias), os governos europeus de boca se mantêm no JCPOA, mas se omitem diante da flagrante agressão econômica desencadeada por Trump.

Conforme atestou a Agência Internacional de Energia Atômica da ONU (AIEA), a quem cabe a fiscalização do acordo, o Irã vinha cumprindo estrita e fielmente seus compromissos.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Algumas notas sobre Losurdo - (1)

O que vem a seguir são algumas observações sobre as dificuldades do livro “Stalin: História crítica de uma lenda negra” – isto é, sobre aquilo que, a meu ver, são suas debilidades principais – sem nenhuma pretensão (até porque seria inútil) de esgotar uma discussão que pode ser bastante profícua

CARLOS LOPES

Quando apareceu, em português, “**Stalin: História crítica de uma lenda negra**”, de Domenico Losurdo, publicamos a resenha de um dos nossos redatores, em que eram ressaltadas as qualidades (todas reais) do livro.

Mais tarde, escrevi um brevíssimo comentário, de passagem, em “**A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade**”, que não era tão favorável (“*Hoje, após a queda da URSS, é mais fácil de perceber o que significou o ataque a Stalin – na verdade, um ataque ao marxismo. Até mesmo um neo-hegeliano na tradição de Benedetto Croce, como Domenico Losurdo, escreveu um livro interessante sobre Stalin e o anti-stalinismo*”, etc.).

Há um mês, ao procurar alguns materiais sobre a crise no partido bolchevique, quando da assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918, topei com o livro de Losurdo – e acabei relendo-o.

O que vem a seguir são algumas observações sobre as dificuldades do livro – isto é, sobre aquilo que, a meu ver, são suas debilidades principais – sem nenhuma pretensão (até porque seria inútil) de esgotar uma discussão que pode ser bastante profícua.

Mas, antes, é preciso dizer que o livro de Losurdo, provavelmente, foi (e ainda é) bastante útil em certos meios – sobretudo o meio acadêmico – cuja ideia sobre a personalidade (aqui, uso propositalmente esta palavra) de Stalin é tão fantasiosa que se assemelha àquela do falecido Carlos Penna Boto, apenas com alguma tintura, supostamente, “de esquerda”.

O livro de Losurdo é tardio. Quando surgiu na Itália, em 2008, uma série de obras sobre o mesmo tema já haviam sido publicadas, algumas anteriores ao colapso do revisionismo na URSS, e, sobretudo, posteriores. Somente para registro, como amostra, Maurice Hartmann publicou “**Staline**” em 1979; Claudio Campos, “**A História Continua**”, em 1992; Harpal Brar, “**Trotskyism or Leninism?**”, em 1993; Ludo Martens, “**Un Autre Regard Sur Staline**”, 1994.

É possível ir mais atrás, até mesmo através de um autor anticomunista (um russo “branco”, naturalizado inglês) como Alexander Werth, correspondente da BBC na URSS durante a II Guerra Mundial, que publicou “**Russia At War, 1941-1945: A History**” em 1964.

Werth detestava Stalin, mas seu relato sobre a guerra deixa muito mal Krushev – e não Stalin. Inclusive pela menção à segunda batalha de Kharkov, em que a atuação de Krushev foi desastrosa, algo confirmado depois pelo chefe de Estado Maior do Exército Vermelho durante a guerra, marechal Aleksandr Vasilevsky (v. suas memórias, “**La Causa de Toda Mi Vida**”, Progreso, Moscou, 1979).

E verdade, a menção de Werth é sutil. Mas está no livro. Menos sutil é sua referência a como Krushev, em 1961, deu a Kiev o título de Cidade Herói da URSS.

Stalin concedera o título apenas a Leningrado, Sebastopol, Odessa e Stalingrado, pelo heroísmo em massa da população dessas cidades na luta contra o invasor nazista. Werth registra a reação dos militares soviéticos ao acrescentamento de Kiev: “Nos quartéis essa decisão foi duramente criticada, um coronel,



que tinha lutado durante toda a guerra, disse-me: ‘Cidade herói é o cacete! Foi uma das nossas piores debandadas’ (*Hero city, my foot! It was one of our worst skedaddles*)”.

Os dois acontecimentos – a derrota na segunda batalha de Kharkov, que abriu o caminho do 6º Exército alemão para Stalingrado, e a queda de Kiev, principal cidade da Ucrânia, onde Krushev era o principal dirigente – são descarregados, no “relatório secreto” ao XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, exclusivamente na conta de Stalin.

No primeiro caso, Vasilevsky, em 1978 (trad. esp.: 1979), esclareceu as responsabilidades; no segundo, como disse Stalin a Zhukov – que propunha o abandono de Kiev, por indefensável, e a passagem do Exército Vermelho para a outra margem do Dnieper – **a questão decisiva era ganhar tempo**.

Apesar de todo o sofrimento humano (ou por causa dele), isso foi conseguido – a tal ponto que “na opinião de alguns dos principais generais alemães, o tempo desperdiçado na operação de Kiev perturbou em grande parte os planos do Alto Comando Alemão de chegar a Moscou antes que o inverno se instalasse. Assim, Halder considerou que a Batalha de Kiev foi o maior erro estratégico na campanha do Leste, uma opinião compartilhada por Guderian, que falou da Batalha de Kiev como uma grande vitória tática, mas duvidava que grandes vantagens estratégicas tenham derivado dela” (Werth, op. cit.; sobre a discussão, a respeito de Kiev, entre Stalin e Zhukov, v. as memórias deste: “**Memorias y Reflexiones**”, Progreso, Moscou, 1990).

Além de “**Russia at War**”, Alexander Werth também é autor de “**Moscow 41**”, livro importante, entre outras razões, pelas evidências da conspiração de Tukhachevsky dentro do Exército Vermelho – uma das que, segundo Krushev, foram inventadas por Stalin (ou pela paranoia de Stalin).

Mas, por que nos detivemos nos livros de Werth?

Por duas razões.

A primeira é que até mesmo um homem tão avesso ao socialismo, à URSS, e, especialmente, a Stalin, foi capaz de enxergar, já em 1964 (e mesmo antes, pois “**Moscow 41**” foi publicado em 1942), algumas coisas importantes, que a reação krushevista passou a negar.

A outra é que Alexander Werth é o pai de Nicolas Werth, um dos autores do “**Livro Negro do Comunismo**”, obra que, entre outras coisas, concluiu que o comunismo matou 85 milhões de pessoas, enquanto o nazismo “apenas” 25 milhões.

Não se trata da prova de que a honestidade (e a inteligência) não é genética; esse segundo Werth é um dos autores mais citados por Domenico Losurdo – e já veremos o que isso significa.

PRINCÍPIO

Losurdo não é um autor



preciso. Em seu livro existem algumas coisas – por exemplo, Kerensky, um social-revolucionário, é chamado, repetidamente, “líder menchevique” – que mostram pouca preocupação com a exatidão em detalhe dos fatos.

Mas isso são defeitos no varejo.

A principal debilidade de “**Stalin: História crítica de uma lenda negra**” é o uso – a nosso ver, tão abusivo quanto desnecessário – do que ele chama, em empréstimo à literatura jurídica, “princípio do *tu quoque*”.

O nome é derivado da frase que Júlio César teria dito, ao ver entre seus assassinos o jovem Marcus Junius Brutus – “tu quoque Brutus filie mi!” (você também, Brutus filho meu!) –, segundo algumas testemunhas (cf. Suetônio, **As Vidas dos Doze Césares**).

Em Direito, o “*tu quoque*” significa que uma parte que desrespeitou os termos de um contrato não pode exigir de outra o respeito aos termos do contrato.

Mais sinteticamente: para exigir boa-fé de outra pessoa é necessário que quem exige também esteja de boa-fé.

Ou, ainda de outra forma: não é possível usar dois pesos e duas medidas em uma relação contratual.

Quando esse princípio não é respeitado, instala-se um evidente “desequilíbrio contratual” entre as partes (para o leitor interessado no assunto, v. Teresa Negreiros, O princípio da boa-fé contratual, in Maria Celina Bodin de Moraes (org.), **Princípios do Direito Civil Contemporâneo**, Renovar, Rio, 2006, pp. 221 a 253).

O problema desse princípio, quando transferido para a luta política, é que ele é, exatamente, um desdobramento ou consequência do “princípio da boa-fé”, pelo qual “*o contrato há de ser interpretado sob o pressuposto de que foi celebrado por ambas as partes com boa-fé*” (Teresa Negreiros, op. cit., p. 229).

Infelizmente, na luta política não se pode esperar tanta boa-fé de ambas as partes.

Aliás, muito menos nos negócios, como diz a mesma jurista brasileira que citamos: “*Se no mundo dos negócios fossem as pessoas, em geral, honestas, confiáveis e leais, a consagração expressa do princípio da boa-fé contratual no Código Civil de 2002 teria passado despercebida. Lamentavelmente, porém, o agir com boa-fé, hoje um comando normativo*

expressamente consagrado em um dos dispositivos de maior ressonância do Código Civil de 2002 (art. 422), revela-se cada vez menos frequente, tanto na esfera dos negócios exclusivamente privados, como no trato da coisa pública. A extraordinária simpatia alcançada nos últimos tempos pelo caráter potencialmente transformador do princípio da boa-fé aparece, por isso e antes de mais nada, como um índice da escassez de comportamentos e atitudes que, na prática contratual, expressem concretamente o ideal da boa-fé” (idem, pp. 221-222).

Se assim é na prática cotidiana dos negócios em uma sociedade capitalista, imaginemos sua amplificação, na política mundial – que gira, precisamente, enquanto exista o capitalismo, em função dos grandes negócios (e até dos pequenos, que giram em torno dos grandes).

SISTEMA

Seguindo Losurdo, se transferido para o nosso tema, o “*princípio tu quoque*” tornaria inválidas as acusações de crime contra Stalin e os comunistas, porque os acusadores – capitalistas e imperialistas, incluindo os nazistas – cometeram esses crimes.

Logo, não podem exigir que Stalin e os comunistas não os cometessem....

Diz Losurdo:

“Não poucas vozes se elevaram no campo dos vencedores a recomendar ou a exigir uma espécie de Nuremberg anticomunista; e é essa orientação que inspira a ideologia e a historiografia dominantes. É sabido que, durante o processo de Nuremberg, foi negada aos réus nazistas a possibilidade de valer-se do princípio do *tu quoque*, ou seja, de partir dos crimes contestados para chamar a atenção para os crimes semelhantes cometidos pelos seus acusadores. Do mesmo modo se desenrola o processo de Tóquio. Certamente, é a justiça do vencedor” (Losurdo, **op. cit.**, p. 315).

E, logo adiante:

“É evidente que um juízo histórico é impensável sem a reconstrução do clima do tempo: comparatística e recurso ao princípio do *tu quoque* são absolutamente inevitáveis. É à luz desses critérios que pretendo analisar a costumeira criminalização dos acontecimentos iniciada com a Revolução de Outubro e em particular de Stalin” (idem, ibidem, grifo nosso).

A seguir, Losurdo tenta aplicar esse princípio:

“Não há dúvida de que, a partir sobretudo da coletivização forçada da agricultura, o universo concentracionário, que já tinha começado a tomar forma logo depois da Revolução de Outubro, conheceu um desenvolvimento medonho. Mas também nesse caso façamos valer o princípio do *tu quoque*”.

Vêm, então, menções ao “universo concentracionário” no sul dos EUA, aos massacres e torturas dos ingleses no Quênia, durante a revolta mau-mau, ao massacre dos comunistas na Indonésia, ao genocídio dos maias na Guatemala, etc.

Diz Losurdo, quase como uma queixa, que “também no que diz respeito às práticas genocidas, mais do que nunca desenvoltas, **a acusação não faz valer o princípio do *tu quoque***” (grifo nosso).

É verdade. Mas toda essa aplicação do “princípio do *tu quoque*” serve apenas para chegar à conclusão de que:

“... a costumeira oposição entre movimento comunista, de um lado, e Ocidente liberal, do outro, faz abstração, no que diz respeito a este último, da sorte reservada aos povos coloniais ou de origem colonial e das medidas aprovadas em situações de crise mais ou menos aguda” (p. 321).

Não é uma conclusão brilhante. Nem original. Embora seja, evidentemente, correta.

Mas o problema está no que se concedeu, para chegar a ela.

Pois, para isso, passou-se por cima de indagar se os “crimes” de que Stalin e os comunistas são acusados constituem uma verdade – ou são mero material de repugnante propaganda para enganar as pessoas através do horror.

Por exemplo, a expressão “universo concentracionário” (que é como Losurdo denomina o sistema de prisões e campos de trabalho na URSS), repetida 32 vezes no livro, remete mais a “campo de concentração” do que a uma realidade da época de Stalin.

No entanto, para seu mérito, é o próprio Losurdo quem escreve:

“O sistema carcerário reproduz as relações da sociedade que o exprime. Na URSS, dentro e fora do Gulag, vemos fundamentalmente em ação uma ditadura desenvolvimentista que procura mobilizar e ‘reeducar’ todas as forças em função da superação do atraso secular, tornada mais urgente ainda pela proximidade

O primeiro de maio em Odessa (quadro de Sergey Luppov, final da década de 20)

dade de uma guerra que, por declaração explícita do *Mein Kampf*, quer ser de escravização e de aniquilamento. Nesse quadro, o terror na URSS se entrelaça com a emancipação de nacionalidades oprimidas, bem como com uma forte mobilidade social e com o acesso à instrução, à cultura e até a postos de responsabilidade e de direção por parte de estratos sociais até aquele momento totalmente marginalizados. A preocupação produtivista e pedagógica e a mobilidade conexa se fazem notar, para bem e para mal, até dentro do Gulag. (...) O detido no Gulag é um potencial ‘camarada’ obrigado a participar em condições de particular dureza no esforço produtivo dentro do país e, depois de 1937, é um potencial ‘cidadão’, embora se tenha tornado sutil a linha de demarcação do inimigo do povo e do membro da quinta coluna, que a guerra total no horizonte, ou já em curso, impõe que se neutralize (...)” (cf. **op. cit.**, pp. 166-167).

Em 2008, quando apareceu o livro de Losurdo, os arquivos soviéticos já estavam abertos desde 1989 – portanto, havia 19 anos – e desde 1993 já se sabia que os números sobre presos e fuzilados na época de Stalin, que a propaganda imperialista martelara durante décadas, eram fantasiosos.

Mas disso não há sinal no livro de Losurdo, que, ao repetir quase infinitamente a expressão “universo concentracionário”, acaba por reiterar essa fantasia.

Detenhamo-nos um pouco nessa questão.

NÚMEROS

Em 1989, Gorbachev encarregou a Academia de Ciências da URSS de estabelecer números definitivos sobre a repressão durante a época de Stalin. Esperava-se, evidentemente, um escândalo, pois era sabido que os registros eram rigorosos.

A equipe de historiadores que se encarregou da tarefa foi coordenada por Víktor Nikoláievitch Zemskov, com a participação de A. N. Dougin e O. V. Khlévniuk – todos eles historiadores importantes, e, também, todos com aversão à figura de Stalin (no caso do coordenador, Zemskov, a aversão era extensiva ao socialismo).

O resultado desse trabalho começou a ser publicado em 1990 e terminou em 1993, tomando cerca de nove mil páginas.

“*A sovietologia ocidental*”, lembrou depois Víktor Zemskov, entrevistado por um jornal direitista espanhol, “*afirmava que 50 ou 60 milhões haviam sido vítimas da repressão, da coletivização, da fome, etc. Em 1976, Soljenitsin disse que entre 1917 e 1959 tinham morrido 110 milhões de pessoas*” (cf. La Vanguardia, 03/06/2001).

“*A realidade é que a população do país continuou aumentando mais de um por cento ao ano, superando o crescimento demográfico da Inglaterra ou da França. Em 1926 a URSS tinha 147 milhões de habitantes, em 1937, 162 milhões, em 1939, 170,5 milhões. Os censos são confiáveis – e os seus números são incompatíveis com matanças de dezenas de milhões.*”

O historiador aponta o rigor dos registros soviéticos:

“*Um só caso de um preso desaparecido durante um naufrágio ou afogado (as fugas dos campos eram muito frequentes, quase 400 mil presos fugiram entre 1934 e 1953, dos quais 38% não puderam ser recapturados) dava origem a todo um dossiê de documentos e correspondência. De tudo isto se informava regularmente a Stalin.*”

Continua na próxima edição